

HiLives: Incluindo e conectando-se no ensino superior

2019-1-PT01-KA203-061312

Produto intelectual 3 (Intellectual Output 3)

IO3

Guia de boas práticas transnacional / europeu para Instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Empregadores, com o objetivo de ajudar os jovens adultos com DID a acederem ao Ensino Superior e a iniciarem uma vida independente.





HiLives: Incluindo e conectando-se no ensino superior

Organização líder do IO3

UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

- Borja Jordán de Urríes Vega (Coordenadora da Equipa USAL)
- Emiliano Díez Villoria
- María Victoria Martín Cilleros
- Patricia Navas Macho
- Irene del Brio Alonso
- Alba Rodríguez Bascones (colaboradora)



Organizações Participantes

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

- Paula Coelho Santos (Coordenadora do Projeto HiLives e Coordenadora da Equipa UAVEIRO)
- Ana Filipa Santos Ferreira
- Ana Margarida Pisco Almeida
- António Augusto Neto Mendes
- Gabriela Portugal
- Gracinda Martins
- Helena Araújo e Sá
- Jane Machado
- Manuel Ferreira Rodrigues
- Manuela Gonçalves
- Mariana Dantas
- Marisa Maia Machado
- Oksana Tymoshchuk
- Virgínia Chalegre



UNIVERSIDADE DE GENT

- Geert van Hove (coordenador da equipa UGENT)
- Evelien de Maesschalck



UNIVERSIDADE DA ISLÂNDIA

- Kristín Harðardóttir (Coordenadora da equipa da UICELAND)
- Ágústa Rós Björnsdóttir
- Helena Gunnarsdóttir



ASSOL

- Mário Pereira (coordenador da equipa ASSOL)
- Aida Araújo Rebelo



- Ana Isabel Saraiva
- Ana Luisa Saraiva
- Ana Margarida Melo
- Joana Camacho
- Joana Gonçalves
- Tânia Figueiredo

AVisPT21

- Eulália Albuquerque (Coordenadora da equipa AVisPT21)
- Isabel Catarina Martins



FORMEMULÁRIO

- Raul Rocha (coordenador da equipa FORMEM)
- Inés van Velze



PAIS-EM-REDE

- Cátia Raquel Manaia Cartaxo (Coordenadora da Equipa PAIS-EM-REDE)
- Natália Gamboa
- María Gabriela Duarte



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Conteúdo

Introdução e objetivo do guia	3
Metodologia e estrutura	5
Análise de fraquezas e ameaças, forças e oportunidades, com recomendações para cada um dos 11 domínios.	9
DOMÍNIO 1: Ensino Superior Inclusivo e Inclusão Social	9
DOMÍNIO 2: Transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior	14
DOMÍNIO 3: Transição do Ensino Superior para os Contextos de Emprego.....	18
DOMÍNIO 4: Apoio para iniciar uma vida independente	22
DOMÍNIO 5: Utilização de meios digitais para apoiar experiências académicas, sociais e de emprego bem sucedidas	26
DOMÍNIO 6: Concepção e implementação de um currículo no Ensino Superior	30
DOMÍNIO 7: Processo de admissão e critérios de elegibilidade	35
DOMÍNIO 8: Protocolos de acolhimento e programas de indução.....	38
DOMÍNIO 9: Planeamento centrado na pessoa	42
DOMÍNIO 10: Mentoria (por pares não deficientes).....	46
DOMÍNIO 11: Coaching (formação, acompanhamento e apoio).....	49
Experiências desenvolvidas pelas universidades que participam no projeto HiLives e outras boas práticas identificadas.....	52
O Programa UNIdiVERSITAS Especialista em Competências Sociais e Laborais da Universidade de Salamanca	52
Programa Individual de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Aveiro.....	63
Programa de diploma profissional para pessoas com DID na Universidade da Islândia.	71
Incluindo e conectando-se no ensino superior: oportunidades de trabalho em rede para vidas independentes - HiLives in Flanders, Ghent University.	78
Informação complementar sobre a experiência e os resultados dos programas da Universidade de Aveiro e da Universidade de Salamanca.....	86
Quadro para o desenvolvimento de programas de ensino superior para pessoas com DID em Espanha.	95
Outras melhores práticas e recursos identificados.....	103



Introdução e objetivo do guia

Este produto pretende ser um **guia transnacional/europeu de boas práticas e recomendações** para instituições de ensino superior, escolas secundárias e empregadores, com o objetivo de ajudar os jovens adultos com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento (DID) a aceder ao ensino superior e a iniciar uma vida independente. A sua elaboração baseia-se nas experiências e ideias dos parceiros do projeto e dos intervenientes envolvidos no projeto, e não numa abordagem de revisão documental, que é realizada noutros produtos intelectuais do projeto, complementares a este guia, pelo que não são utilizadas citações.

Foi desenvolvido como uma ferramenta inovadora: até agora, não existem guias europeus conhecidos de melhores práticas no campo do Ensino Superior para pessoas com DID, sendo essencial reunir esforços para o desenvolvimento de tal recurso.

Como último resultado intelectual do projeto, este guia beneficiou dos conhecimentos adquiridos durante as atividades desenvolvidas no projeto, tais como reuniões de coordenação, atividades de ensino e aprendizagem, reuniões e intercâmbios. Está também estreitamente relacionado com os outros produtos intelectuais gerados no HiLives, que são: um *Quadro para o desenvolvimento de um currículo inclusivo no Ensino Superior (IO1)* e um *Protótipo de uma ferramenta digital para ligação e oportunidades de trabalho em rede (IO2)*.

Este guia pretende ter uma abordagem pragmática, sendo especialmente dirigido àqueles que decidem e agem nesta área: profissionais do contexto universitário e escolar, empregadores e outros decisores. Espera-se que o guia possa ser um recurso de interesse, não só para os participantes no projeto, mas também para outras universidades, escolas e empresas. Para cada um dos domínios ou pilares sobre os quais o projeto considerou, desde a sua concepção inicial, ser fundamental para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas de formação, é feita uma análise dos possíveis pontos fracos e ameaças, bem como dos pontos fortes e oportunidades, fornecendo recomendações para facilitar a inclusão dos estudantes com DID na Universidade, bem como a sua empregabilidade e inclusão nas empresas comuns.

O guia inclui uma apresentação detalhada dos programas desenvolvidos pelas quatro universidades que participam no projeto, como exemplos de referência. No caso paradigmático da Espanha, o quadro para o desenvolvimento deste tipo de programas é apresentado de forma diferenciada. Finalmente, é feita uma breve revisão de outros programas identificados a nível internacional como exemplos de outras boas práticas.

Este guia é complementado pelos produtos ou resultados intelectuais anteriores do projeto (IO1 e IO2), que podem ser consultados separadamente.

Metodologia e estrutura

O projeto HiLives, com base nos conhecimentos e experiências anteriores dos participantes, considerou desde a sua concepção inicial que o desenvolvimento de iniciativas de Ensino Superior para pessoas com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento (DID) organiza-se em 11 domínios fundamentais, que são os seguintes:

- 1. Ensino Superior Inclusivo e Inclusão Social.**
- 2. Transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior.**
- 3. Transição do Ensino Superior para os Contextos de Emprego.**
- 4. Apoio para iniciar uma Vida independente.**
- 5. Utilização de meios digitais para apoiar experiências académicas, sociais e de emprego bem sucedidas.**
- 6. Concepção e implementação de um currículo no Ensino Superior.**
- 7. Processo de admissão e critérios de elegibilidade.**
- 8. Protocolos de acolhimento e programas de indução.**
- 9. Planeamento centrado na pessoa.**
- 10. Mentoria.**
- 11. Treino.**

Este guia, portanto, foi estruturado com base nos 11 domínios que o projeto propõe como nucleares, que foram objeto de análise, com o objetivo de fornecer orientação prática a universidades, outros centros educativos e empregadores para melhorar a inclusão e as oportunidades de colocação profissional de pessoas com DID.

A fim de identificar aspetos que pudessem facilitar a educação universitária dos estudantes com DID e a sua subsequente empregabilidade, a metodologia a seguir foi estruturada em cinco etapas:

1. Definição consensual, tão operacional quanto possível, de cada um dos domínios, com particular enfoque nas pessoas com DID que são elegíveis para programas de formação em instituições de ensino superior.

2. Seleção de informadores dos programas desenvolvidos em cada uma das quatro universidades participantes no projeto com o objetivo de recolher informações sobre o mesmo:

- a. Utilizadores/estudantes.
- b. Famílias.
- c. Escolas secundárias e pós-secundárias.
- d. Instituições de ensino superior.
- e. Empresários.

3. Aplicação da metodologia de análise SWOT para obter informações a partir da experiência dos agentes envolvidos em cada domínio. Esta informação centra-se na DID de:

a. FATORES INTERNOS

- i. - Pontos fracos: fatores internos do programa que podem ser identificados como desvantagens ou elementos negativos para o desenvolvimento do programa.
- ii. - Pontos fortes: fatores internos do programa que podem ser identificados como vantagens ou elementos positivos para o desenvolvimento do programa.

b. FATORES EXTERNOS:

- i. - Ameaças: fatores externos do contexto que podem ser identificados como desvantagens ou elementos negativos para o desenvolvimento do programa.
- ii. - Oportunidades: fatores externos do programa que podem ser identificados como vantagens ou elementos positivos para o desenvolvimento do programa.

4. Informação sobre os programas desenvolvidos nas quatro universidades que participam no projeto. Isto é complementado, por um lado, com informação sobre a experiência e resultados dos programas da Universidade de Aveiro e da Universidade de Salamanca obtidos a partir das sessões de trabalho com estudantes de ambos os programas na visita feita a Aveiro por estudantes e professores da Universidade de Salamanca. Por outro lado, a apresentação do quadro de desenvolvimento deste tipo de programas em Espanha, diferente do que acontece no resto da Europa.

5. Informação sobre outros programas externos aos dos parceiros do projeto, como referência das melhores práticas, obtida através dos contributos dos parceiros durante o desenvolvimento dos três produtos ou resultados intelectuais.

Para o primeiro ponto, foi gerado e distribuído um modelo a todos os parceiros com os 11 domínios, solicitando uma aproximação a uma definição operacional de cada um deles e particularizado em pessoas com DID susceptíveis de aceder a programas de formação em instituições de ensino superior. Posteriormente, todos os contributos foram analisados, gerando uma proposta de definição para cada domínio que foi devolvida aos parceiros para contributos finais e consenso, encerrando assim o processo.

Para o segundo ponto, cada universidade identificou um ou dois possíveis informadores de cada grupo de intervenientes envolvidos (utilizadores/estudantes, famílias, profissionais ligados a escolas secundárias e pós-secundárias, instituições de ensino superior e empresários) que estavam disponíveis para serem entrevistados no passo seguinte.

Para o terceiro ponto, foi configurada uma interface online na qual cada universidade, através da plataforma Qualtrics, podia carregar a informação obtida. Esta interface permitiu, para cada domínio, compilar a informação obtida de todos os informadores agrupados em cada uma das quatro caixas SWOT. Posteriormente, numa perspetiva qualitativa, a informação recolhida foi analisada para extrair aspetos relevantes e possíveis recomendações.

Para o quarto ponto, foi obtida uma descrição detalhada dos programas desenvolvidos por cada uma das universidades. Ao mesmo tempo, foram levadas a cabo duas estratégias complementares. Por um lado, dado que a Espanha é o país no contexto europeu onde os programas de formação para pessoas com DID têm sido implementados no ensino superior de forma mais extensiva e sólida, a equipa da Universidade de Salamanca realizou um relatório aprofundado sobre esta realidade. Complementarmente, no contexto da visita e intercâmbio de estudantes com DID da Universidade de Salamanca com os da Universidade de Aveiro, em setembro de 2022, foram desenvolvidos dois procedimentos. Por um lado, uma sessão de trabalho em

grupo destinada a conhecer as experiências dos estudantes em três áreas vitais: habitação, emprego e lazer/parceria. Relativamente a cada um destes tópicos, os estudantes contribuíram com as suas opiniões sobre quatro questões: Como gostariam que fosse? Como é que é agora? Como pode a universidade ajudá-lo a fazer com que seja como você deseja? Como pode a sua família ajudá-lo a torná-la do modo que deseja que ela seja? O objetivo desta atividade, para além de aprender como os programas universitários e o contexto imediato podem facilitar a inclusão e empregabilidade de pessoas com DID, era continuar a trabalhar numa componente-chave deste tipo de programa: a autodeterminação. Por outro lado, duas entrevistas de grupo centraram-se em **propostas para melhorar o programa**. Especificamente, centraram-se em quatro aspetos: (1) conteúdos do programa: programação, atividades, período de estágio e professores, (2) apoios e facilitadores encontrados, (3) barreiras na vida quotidiana e (4) repercussões laborais.

Finalmente, para o quinto ponto, foi enviado um modelo a todos os parceiros do projeto, para que identificassem outras melhores práticas internacionais com breve informação sobre cada uma delas.

Análise de fraquezas e ameaças, forças e oportunidades, com recomendações para cada um dos 11 domínios.

DOMÍNIO 1: Ensino Superior Inclusivo e Inclusão Social

Programas e ações destinados a pessoas com deficiência, dentro do ambiente universitário, para que possam exercer o seu direito de acesso e participação no ensino superior regular, proporcionando-lhes oportunidades de plena participação social nas diferentes áreas da vida adulta, tais como emprego, lazer e vida independente.

Estes programas e ações são desenvolvidos com base em princípios de acessibilidade universal com a eliminação de barreiras e desenho universal para a aprendizagem, mas incluem as adaptações necessárias para cada pessoa em termos de metodologias, ritmos e formatos, com base nos seus interesses e capacidades.

Quando nos concentramos nas DID, estes programas e ações tomam a forma de currículos em diferentes formatos, quer sejam especificamente concebidos para estudantes com DID, currículos existentes destinados a todos os estudantes, ou currículos híbridos (combinando as duas modalidades anteriores), que se destinam a promover a socialização, oportunidades de emprego e vida independente. Em qualquer caso, baseiam-se nos interesses, capacidades e pontos fortes de cada estudante. Têm uma abordagem eminentemente prática ao desenvolvimento de competências, e utilizam frequentemente modelos de aprendizagem cooperativa, experiências em contextos reais, grupos flexíveis, apoio de estudantes com e sem deficiências, e tutoria ou tutoria com professores. Tipicamente, os programas para pessoas com DID culminam em experiências práticas de emprego na comunidade sob a forma de emprego apoiado.

Análise SWOT

Relativamente à informação obtida sobre o domínio centrado no **ensino superior inclusivo e inclusão social**, os informadores coincidem em apontar os seguintes aspetos relacionados com as áreas propostas na análise SWOT:

Quanto aos **pontos fracos** a nível interno, tomando como referência os principais programas universitários em cada universidade, os informadores (principalmente profissionais: professores, empresas, etc.) apontam três aspetos que poderiam ser melhorados: as atitudes, a dificuldade de implementar programas verdadeiramente inclusivos e a adequação dos conteúdos. Assim, salientam, em primeiro lugar, que em muitas ocasiões existem muitas ideias preconcebidas sobre DID, bem como certos preconceitos que terão um impacto direto sobre as ações e atitudes que o ambiente terá em relação às pessoas com DID. Além disso, salientam que a sociedade ainda está longe da inclusão social, como acontece na inclusão educacional, embora nesta matéria tenham sido feitos mais progressos. De facto, a maioria dos informadores concorda que é essencial conceber a educação como um fator-chave para a inclusão social. Uma opinião partilhada pela maioria dos participantes nestes programas, é que eles são constituídos exclusivamente por pessoas com deficiência, o que conduz mais à integração do que à inclusão.

Quanto aos fatores relacionados com o conteúdo dos programas, a maioria dos informantes salienta que nem todos os programas do ensino superior são geralmente adaptados às necessidades dos estudantes e às suas trajetórias individuais de aprendizagem. O acesso a este tipo de oportunidades de formação não é, portanto, fácil, e não existe uma oferta adequada e suficientemente ampla de formação.

Por outro lado, em termos de ameaças, os informadores salientam a falta de financiamento e de oportunidades e as dificuldades de acesso ao contexto de emprego. Assim, a grande maioria concorda que as questões político-administrativas constituem um dos principais aspetos que comprometem este tipo de programa. Embora o direito universal de acesso à educação seja continuamente defendido como parte do princípio da igualdade de oportunidades, a maioria dos informantes concorda que não existem neste momento oportunidades educacionais verdadeiramente inclusivas; ou devido a

uma falta de adaptação na oferta de formação existente, ou devido ao escasso financiamento deste tipo de programas, aspeto sobre o qual os informantes colocam especial ênfase, colocando o financiamento como um dos pontos ameaçadores do ambiente e que condiciona o futuro deste tipo de programas de formação.

Todos os profissionais que participaram na análise apontam para as elevadas exigências do contexto de emprego, um mercado que não promove oportunidades de emprego para pessoas com deficiência mental, nem mesmo em termos de prolongamento dos contratos para além do período de estágio. Este aspeto está intimamente relacionado com a falta de conhecimento que a sociedade tem sobre as pessoas com deficiência, voltando aos modelos de bem-estar que foram abandonados há muito tempo e prestando mais atenção aos pontos fracos das pessoas do que aos seus pontos fortes. Não há formação adequada sobre questões de deficiência, de modo que não há conhecimento ou abordagem por parte de pares não deficientes, regressando a uma sociedade que não favorece a verdadeira inclusão social, por muito que a promova.

Os **pontos fortes** destacados no domínio da inclusão educacional e inclusão social baseiam-se principalmente em competências sociais que permitem o desenvolvimento de competências sociais, interação com pares e inclusão na comunidade universitária. A maioria dos informantes salienta que a presença de pessoas com DID no ambiente universitário, independentemente das suas capacidades e características, é um dos aspetos mais destacados, uma vez que esta é a única forma de promover a verdadeira inclusão. Por outro lado, e embora tenha sido apontado como um ponto fraco o facto de alguns destes programas só terem sido integrados por estudantes com deficiência, salientam que a partilha de salas de aula com colegas que também têm deficiência permite a formação de uma rede de apoio mais forte, para além da rede que é gerada com os profissionais que lecionam no programa.

Além disso, embora menos representados nas respostas, é salientado que estes programas permitem aos estudantes uma visão mais atenta da realidade que terão de enfrentar quando tentarem entrar no contexto de emprego. Por outro lado, este tipo de programa gera um aumento significativo na autonomia pessoal, autoestima, autodeterminação, qualidade de vida e competências, tanto académicas como laborais.

Finalmente, quando se trata das **oportunidades** geradas pela participação em tais programas de inclusão social e educacional, praticamente todos os informadores concordam com a importância do mesmo em termos de sensibilização e visibilidade do grupo. Além disso, as famílias e as redes de apoio da pessoa descobrirão aspetos que desconheciam sobre os seus familiares, o que terá um impacto positivo sobre a pessoa com DID. Em suma, todos concordam que este tipo de programa é uma medida importante, não só para o acesso ao ensino superior, mas também para a inclusão social e laboral das pessoas com deficiência.

Recomendações para promover "o ensino superior inclusivo e a inclusão social".

Os programas implementados devem evitar ser limitados internamente na sua concepção e desenvolvimento por expectativas sociais inadequadas em relação às pessoas com deficiência. A ignorância, preconceitos e ideias preconcebidas sobre as capacidades das pessoas com deficiência têm um impacto na sua inclusão, tanto social como educacionalmente; por conseguinte, é importante defender a formação e a sensibilização da sociedade, neste caso o ambiente universitário, para as questões da deficiência. Por outro lado, tendo em conta o objetivo principal de desenvolver programas verdadeiramente inclusivos no ensino superior, salientamos a importância de criar grupos heterogéneos, de modo a que a universidade se torne um espaço social de encontro e formação.

Externamente, não devemos deixar que a falta de oportunidades de formação no ensino superior limite o acesso de potenciais estudantes a programas universitários cujos conteúdos sejam acessíveis e atrativos para pessoas com deficiência, bem como gerar sólidas redes de apoio e trabalhar com o sistema de emprego e trabalho para promover a formação e contratação de pessoas com deficiência nas empresas, algo que atualmente não acontece.

Sem dúvida, podemos confiar em aspetos que reforçam a realidade social sobre a inclusão, tais como o impacto positivo gerado pela presença de pessoas com deficiência em ambientes universitários, um aspeto que enriquece a instituição e todos os seus membros, ao mesmo tempo que gera oportunidades verdadeiramente inclusivas. O desenvolvimento deste tipo de programas levanta uma abordagem à realidade do

contexto social e laboral que os estudantes encontrarão quando abandonarem o programa, para que cheguem ao fim dos seus estudos com um nível superior de confiança, autonomia e predisposição para entrar no mundo do trabalho.

A consolidação deste tipo de iniciativas será conseguida aproveitando as oportunidades que surgirem, externamente, para alcançar uma verdadeira inclusão em três áreas: social, educacional e laboral. Este tipo de programas tem um impacto positivo na pessoa com deficiência e também no seu ambiente, uma vez que se tornam um ponto de apoio para as famílias, que redescobrem todas as conquistas que a pessoa com deficiência pode alcançar, reforçando assim, indiretamente, as redes de apoio.

DOMÍNIO 2: Transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior

O ensino superior há muito tempo que era considerado como uma opção não plausível para pessoas com DID. Isto fez com que as próprias pessoas com DID desconhecêssem a possibilidade de acesso à universidade, e a ausência de planos de transição que, com suficiente antecedência, as preparassem para tal. Esta negação do direito ao ensino superior é acentuada pelo facto de muitos estudantes com DID não serem elegíveis para um diploma do ensino secundário (requisito para a entrada na universidade), tendo tido adaptações curriculares durante os seus estudos no ensino secundário. Para assegurar o direito ao ensino superior, será importante que as escolas secundárias desenvolvam planos de transição para uma possível entrada na universidade com bastante antecedência, se o acesso à universidade for um objetivo importante para a pessoa com uma deficiência. Fornecer informação sobre o acesso universitário aos estudantes com DID é também da responsabilidade dos profissionais em fases educacionais anteriores, bem como criar mecanismos que facilitem a sua entrada no mundo universitário, incluindo a obtenção de um diploma do ensino secundário que facilite o acesso subsequente. Estes planos de transição devem ter em conta os desejos e interesses dos estudantes com DID e devem considerar aspetos como a acessibilidade do contexto universitário, como as necessidades do estudante com deficiência podem ser aí satisfeitas, que apoios estarão disponíveis no novo contexto, e como os apoios naturais (ou seja, outros estudantes), organizações, e membros da família estarão envolvidos no processo de transição.

Análise SWOT

No que diz respeito à recolha de informação sobre o domínio centrado na **transição do ensino obrigatório ou secundário para o ensino superior**, os seguintes aspetos foram selecionados e destacados na análise SWOT.

Relativamente às **fraquezas** detectadas pelos informadores entrevistados, a nível geral, a maioria dos informadores salienta que os planos de transição do ensino secundário

para o superior não estão totalmente desenvolvidos ou nem sequer são implementados na maioria dos casos.

Desde o ensino secundário, diferentes informadores indicam a falta de informação sobre oportunidades futuras após a conclusão desta fase, somada ao tempo reduzido para a tomada de decisões. Outro aspeto relevante é a formação de professores, que devem melhorar a sua preparação para conseguir uma adaptação correta dos métodos de aprendizagem e o apoio que as pessoas com deficiência necessitam para obterem o grau que lhes permitirá aceder ao ensino superior.

A inclusão que se diz ter sido estabelecida não é inteiramente real. Alguns informadores assinalam que o número de pessoas com deficiência que têm acesso a estudos superiores é reduzido, de modo que são criados grupos muito heterogéneos nos quais não lhes pode ser prestado todo o apoio necessário. Para além disso, a segregação começa a ocorrer pouco a pouco e a separação é produzida de acordo com as capacidades das pessoas.

Ao aceder ao ensino superior, alguns informadores determinam que os apoios de que necessitam desaparecem ou não cumprem a função que os candidatos exigem. Além disso, todos os diplomas do ensino superior exigem um diploma do ensino secundário, o que diminui as hipóteses de acesso de muitas pessoas com DID, cujos estudos não atingem esses níveis de ensino.

Um dos comentários mais notáveis é que uma das principais **ameaças** é o número limitado de opções a escolher para conseguir esta transição, juntamente com a falta de fundos, o que significa que os programas são limitados em todos os sentidos da palavra.

Vários informadores apontam para uma escassez de pessoal docente do ensino superior com as competências necessárias para fornecer o apoio necessário aos estudantes, para além de transmitir adequadamente os conhecimentos de que os estudantes necessitam para o desenvolvimento de um diploma de ensino superior.

Por outro lado, as famílias, especialmente, salientam também que a sociedade representa uma grande ameaça, uma vez que a visão que têm do grupo de pessoas com

DID, relativamente à sua capacidade de obter os graus que desejam, é muito negativa, considerando-as incapazes de atingir os seus objetivos.

Relativamente aos **pontos fortes** detectados, vários informantes assinalam que os programas de transição permitem às pessoas com DID a possibilidade de aceder ao ensino superior, após adaptação e preparação para a sua futura formação, quer para continuar os seus estudos, quer para serem formadas sem uma qualificação prévia, tal como um diploma de ensino primário ou secundário. Estas oportunidades representam um elevado nível de motivação e, por conseguinte, um aumento da autoestima do grupo.

Todos concordam que ter a possibilidade de aceder à universidade implica um crescimento pessoal e social, permite a consciência das capacidades pessoais, para além de mostrar ao ambiente as capacidades próprias. Além disso, apoios naturais, como a família e amigos, desempenham um papel importante no período de transição e são de grande importância no processo.

Finalmente, relativamente às **oportunidades** detectadas, a maioria dos informantes concorda que através destes programas é possível mostrar à sociedade as capacidades das pessoas com DID. Os estudantes demonstram que podem obter diplomas avançados que facilitam a aquisição de aptidões e competências que, no futuro, lhes permitirão desenvolver um emprego. Através do desenvolvimento de planos de transição adequados, levamos os estudantes a investigar quais são os seus interesses, e desta forma podem determinar qual será o seu futuro académico e profissional.

Recomendações para promover a "Transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior".

É necessário ultrapassar fraquezas internas no que diz respeito aos planos de transição para o ensino superior, que por vezes são inexistentes, outras vezes pouco desenvolvidos ou simplesmente não postos em prática. Além disso, deve ser fornecida informação real, objetiva e de qualidade sobre as possibilidades futuras após o fim da escolaridade obrigatória, a fim de defender o direito de acesso ao ensino superior para todos. Trabalhar nestes planos é fundamental, uma vez que apenas um número muito reduzido de pessoas com deficiência tem acesso a programas de ensino superior e,

quando têm acesso, fazem-no por vezes em programas de formação específicos para elas, o que por vezes pode dar uma ideia falsa de integração em vez de inclusão.

Devemos prevenir ameaças externas que possam surgir em paralelo, principalmente em termos das limitadas opções de formação oferecidas aos estudantes. Mais uma vez salientamos que as opções de formação são fracas em termos de oferta e possibilidades, o que faz com que a maioria das pessoas com DID termine a sua formação na fase da escolaridade básica obrigatória, muitas vezes sem obter um diploma, e opte por continuar noutros programas geralmente ligados a entidades do terceiro sector, em vez de avaliar alternativas para o ensino universitário.

Poderemos projetar-nos eficazmente se dependermos das oportunidades que o acesso à universidade gera para as pessoas com deficiência, tais como o facto de o acesso a um diploma universitário ser uma grande oportunidade de crescimento, tanto a nível pessoal como social, para as pessoas com DID. Além disso, as pessoas que têm a oportunidade de aceder a estudos de ensino superior e obter um diploma apresentam níveis mais elevados de motivação e autoestima.

Não podemos perder a oportunidade de utilizar este tipo de planos de transição como ferramentas para mostrar à sociedade as capacidades das pessoas com deficiência, quebrar barreiras e quebrar preconceitos. Além disso, ser capaz de escolher entre uma vasta gama de formação e continuar com uma formação mais específica faz com que os estudantes demonstrem níveis mais elevados de autodeterminação, sendo capazes de escolher e decidir sobre o seu próprio futuro.

DOMÍNIO 3: Transição do Ensino Superior para os Contextos de Emprego

Este é um processo em que os estudantes universitários adquirem não só formação, mas também competências e experiências que favorecem o acesso ao contexto de emprego. Nos estudantes com deficiência, normalmente ocorre com o apoio de mediadores, tais como organizações ou serviços especializados que prestam apoio na procura e acesso ao emprego. Neste processo, é importante desenvolver ações de sensibilização na sociedade e no sistema de emprego e trabalho relativamente ao direito ao trabalho deste grupo, à importância de serem sujeitos ativos e às competências que demonstram.

Para os estudantes com DID, nos processos de transição do ensino superior para o contexto de emprego, alguns aspetos são de particular importância. Os processos devem ser desenvolvidos tanto quanto possível através de planeamento centrado na pessoa, para que o estudante possa tomar as suas próprias decisões, ligando as instituições de ensino superior com organizações de prestadores de serviços e empregadores. É importante proporcionar oportunidades de experiências de emprego na comunidade, utilizando os apoios necessários, para que os indivíduos tenham experiências que ajudem na tomada de decisões e na procura de potenciais empregos. Estes devem ser baseados nas expectativas e interesses das pessoas com DID. É importante que o estudante desenvolva uma carteira de aptidões, competências e experiências adquiridas no processo de formação, para além dos conhecimentos académicos. O objetivo deste processo de transição é tornar o estudante consciente do que significa um emprego, sensibilizar a sociedade e os empregadores, proporcionar oportunidades reais, e valorizar as capacidades das pessoas com DID.

Análise SWOT

Relativamente à recolha de informações sobre o domínio centrado na **transição do ensino superior para o contexto de emprego**, os seguintes aspetos foram destacados na análise SWOT:

Relativamente às **fraquezas** encontradas pelos participantes no presente estudo, uma parte muito significativa dos informadores salienta que o sistema de emprego e trabalho

ainda é uma área fechada em termos de acessibilidade para pessoas identificadas com DID. Não existe conhecimento suficiente por parte das empresas sobre o tipo de procedimentos que devem ser realizados para iniciar a contratação de pessoas com deficiência, e alguns informadores assinalam que tal pode dever-se à falta de iniciativa e envolvimento por parte das empresas, enquanto outros acreditam que se deve à falta de conhecimento.

Ligados a este aspeto, vários informantes apontam também a escassez de pessoal de apoio para acompanhar a pessoa com DID também após o início do processo de contratação, um número que deve ser tido mais em conta a fim de promover um aumento dos contratos para pessoas identificadas com DID.

Por outro lado, apontam as expectativas em relação ao tipo de trabalho. Nem todas as empresas permitem adaptar o posto de trabalho e as tarefas às competências e interesses das pessoas com DID.

Por outro lado, membros da família e profissionais concordam que o ambiente pode apresentar alguns fatores **ameaçadores** para o desenvolvimento deste tipo de programas, tais como, por exemplo, a falta de apoio no domínio legislativo, a falta de informação das administrações, o financiamento, entre outros aspetos, são apontados pelos informadores. Além disso, estreitamente ligada aos aspetos anteriores, a curta duração dos contratos de trabalho, caso existam, ou a sua limitação a uma modalidade de estágio, gera novamente ignorância e falta de iniciativa e, portanto, falta de oportunidades num sistema de emprego e trabalho fechado.

Quanto aos **pontos fortes** apontados pelos participantes, verificamos que a maioria dos informantes concorda que um dos principais pontos fortes é o elevado nível de competências adquiridas pelas pessoas com DID durante o período de formação, uma vez que os programas têm formação e apoio extensivos ao nível académico e acesso ao contexto de emprego. A maior parte do peso é carregada pela extensa e detalhada informação teórica e prática, uma vez que gera na pessoa um importante nível de confiança, que por sua vez será transmitido ao contexto de emprego. Além disso, ter uma experiência de emprego com apoio antes das subsequentes, sem apoio, é um ponto fundamental.

Um dos informadores apontou um facto que é muito interessante na nossa opinião, e que é o aumento das possibilidades de contratação experimentado depois de ter completado o ensino superior.

Por outro lado, um dos aspetos que na nossa opinião é fundamental é o grande aumento dos níveis de autonomia, autoestima, autoconceito, confiança e capacidades sociais experimentados por pessoas com DID depois de terem tido experiências de trabalho.

Finalmente, relativamente às **oportunidades** que o ambiente oferece para promover o desenvolvimento deste tipo de programas, verificamos que um dos comentários repetidos em maior número de ocasiões pelos informadores é que dar às pessoas com DID a oportunidade de se verem num emprego, num contexto comunitário real, não só promove o exercício do direito ao trabalho, mas também melhora mais uma vez a aquisição de ferramentas para que se possa gerar um grande aumento na sua autonomia e autoestima. Conhecer o sistema de emprego e trabalho através deste tipo de experiências que estes programas permitem, significa enriquecer a pessoa e assegurar que esta confiança é transmitida mais tarde quando se procura um emprego remunerado de forma independente.

Estreitamente ligado a esta questão, tal como levantado por alguns informadores, contratar uma pessoa com DID significa diversificar as empresas e sensibilizar os empregadores para as capacidades das pessoas com DID, de tal forma que estaremos novamente a contribuir para quebrar numerosos preconceitos que ainda existem na sociedade.

Recomendações para favorecer a "Transição do Ensino Superior para o Contexto de Emprego".

Um aspeto que pode limitar este tipo de programa é o número de pessoal de apoio que acompanha os estudantes ao longo do processo de ensino, e é necessário que os estudantes tenham uma pessoa a quem recorrer em caso de necessidade.

A falta de consciência da deficiência é uma clara ameaça aos nossos modelos de formação. É algo que tem um impacto negativo quando se trata de contratar pessoas

fora do período de estágio. Neste sentido, é urgente implementar estratégias externas de informação e sensibilização que gerem iniciativa por parte dos responsáveis pelos contextos de emprego para incorporar as pessoas com deficiência nas suas empresas. A escala de incorporação de pessoas com DID nos contextos de emprego tem muito a ver com as baixas expectativas das empresas em relação aos tipos de trabalho que podem realizar, algo ligado à falta de contacto com este grupo e aos preconceitos sobre o mesmo. Além disso, em geral, ainda há pouco apoio do Estado, e também há pouco apoio legislativo e financeiro para a contratação de pessoas com deficiência, para não mencionar que muitas empresas desconhecem os benefícios da contratação de pessoas com deficiência.

Seremos capazes de abordar o acima exposto, tornando os nossos programas e os nossos estudantes fortes, confiando no elevado nível de competências que adquirem durante o curso e que lhes proporcionará elevados níveis de competitividade no seu trabalho quotidiano. Os nossos estudantes recebem formação especializada numa vasta gama de áreas, bem como apoio no desenvolvimento de competências básicas de vida, razão pela qual podemos afirmar que as suas hipóteses de emprego aumentam depois de estudarem no ensino superior.

Não podemos perder a oportunidade de diversificar as empresas a que chegamos, de modo a alcançarmos um sistema de emprego e trabalho verdadeiramente inclusivo, bem como a oportunidade de os estudantes se verem durante o seu período de estágio num contexto real de trabalho que lhes forneça as ferramentas necessárias para poderem realizar o seu trabalho de forma autónoma e eficiente.

DOMÍNIO 4: Apoio para iniciar uma vida independente

O apoio é considerado como aqueles recursos, materiais, humanos ou de qualquer outro tipo, que ajudam a pessoa com deficiência a desenvolver a autodeterminação e o empoderamento.

A autodeterminação inclui competências relacionadas com a autoadvocacia, autoconsciência, resolução de problemas, estabelecimento de objetivos e tomada de decisões. O conceito de empoderamento propõe a implementação de intervenções que permitam às pessoas manter ou adquirir um sentido de controlo sobre aspetos importantes das suas vidas, como resultado dos seus próprios esforços para atingir objetivos. Neste sentido, o empoderamento é um processo em que a família e os jovens se tornam mais competentes e capazes de mobilizar recursos que podem influenciar positivamente a capacidade de satisfazer as suas necessidades, promovendo assim um sentido de controlo sobre aspetos importantes do seu funcionamento.

Os apoios incluem rendimentos, habitação adequada, uma rede de pessoas (remuneradas ou não), assistência pessoal adaptada às necessidades, mediação, programas de formação/sensibilização das estruturas dirigidas ou onde se encontram as pessoas com deficiência (as suas próprias, famílias, empregadores e serviços), bem como cursos de educação pós-secundária ou programas de formação. Em geral, favorecem a qualidade de vida no campo da autonomia, socialização, desenvolvimento pessoal, autoestima, autoconceito, etc., e um aumento no desenvolvimento das suas capacidades, tanto quantitativas como qualitativas.

Análise SWOT

Relativamente às informações obtidas sobre o domínio centradas no **apoio ao início de uma vida independente**, os informadores coincidem ao apontar os seguintes aspetos relacionados com as áreas propostas na análise SWOT.

Quanto à área das **fraquezas**, neste domínio em particular, vários informadores concordam que por vezes existe uma falta de apoio adequado para promover uma

verdadeira independência. Por outro lado, salientam com igual relevância uma questão oposta: as pessoas podem aperceber-se de um apoio excessivo que conduz a um tratamento quase exclusivo que pode acabar por se afastar do modelo de promoção da inclusão social defendido pela sociedade de hoje.

Um informante questiona até que ponto a obtenção de um diploma universitário promove a independência se o sistema de emprego e trabalho não estiver plenamente consciente da necessidade de começar a contratar e promover a autonomia e independência económica a fim de iniciar uma vida independente.

Este tipo de programa não se concentra, por exemplo, no apoio ao direito das pessoas a viverem independentemente e em comunidade; por exemplo, a mudança de residência para habitação supervisionada, entre outras questões. Algo que a Universidade, quer a partir da própria promoção, quer a partir do campo financeiro, deve apoiar.

Por outro lado, em termos das **ameaças** detectadas, todos os informadores que comentaram coincidem sobre as mesmas questões. Em primeiro lugar, dão especial relevância à falta de financiamento para o acesso à habitação independente.

Por outro lado, salientam que para promover a verdadeira independência, é também necessário trabalhar com as famílias, o que por vezes é difícil, quando estas tendem a continuar a *super proteger* os seus filhos.

Mais uma vez, vários informadores enfatizam novamente a falta de conhecimento e preconceitos da sociedade sobre as pessoas com DID e como isto se pode traduzir numa falta de apoio para promover a independência.

O impacto da COVID-19 tem sido uma consideração importante nestas matérias, pois tem oportunidades limitadas para uma vida independente em tempos pandémicos e pós-pandémicos.

Por outro lado, parece-nos particularmente importante salientar algo que os informadores voltaram a salientar: enquanto não conseguirmos a plena acessibilidade, não só física, mas também cognitiva, não seremos capazes de assegurar que as pessoas com deficiência alcancem a plena independência.

Quanto aos **pontos fortes** detectados pelos informadores e que promovem o início de uma vida independente por pessoas com deficiência, o principal é a experiência de estudar no ensino superior num campus universitário onde existam oportunidades constantes de testar as várias competências de vida diárias que são trabalhadas a partir da própria formação. Salienta também o papel que a formação desempenha para permitir que as pessoas iniciem uma vida independente com maior autonomia depois de aprenderem e implementarem com apoio diferentes competências que estão gradualmente a ser automatizadas pela pessoa de modo a que esta se torne bastante autónoma.

Estes programas introduzem a aprendizagem de competências transversais que os estudantes podem pôr em prática na sua vida quotidiana.

O apoio do pessoal da equipa do programa de formação, bem como dos mentores (pares não deficientes que apoiam os estudantes com DID em tarefas em que necessitam de apoio), é essencial.

Relativamente às **oportunidades** detectadas neste domínio, é geralmente aceite que é o próprio ambiente que permite às pessoas com deficiência pôr em prática tudo o que aprenderam na formação para alcançar uma vida independente. A sociedade colabora nisto, permitindo-lhes realizar atividades por conta própria, mas prestando ajuda sempre que necessário.

Este tipo de programa é uma grande oportunidade para as famílias, uma vez que descobrem capacidades desconhecidas, bem como para as ajudar a tornarem-se mais independentes.

Recomendações para promover " Apoio para iniciar uma vida independente".

Os recursos disponíveis podem ser limitados internamente quando se trata de fornecer os apoios necessários para promover a independência pessoal que defendemos nos nossos programas. Propomos como estratégia a implementação de um plano de apoio individualizado, o que implica conhecer cada um dos estudantes a fim de determinar as

suas capacidades e necessidades, de modo a poder fornecer os apoios adequados em cada momento.

Por outro lado, a partir deste tipo de programa, a autodeterminação de todos os estudantes deve ser encorajada, para que possam exercer o seu direito de viver independentemente e na comunidade.

Na mesma linha, a escassez de financiamento e de recursos para promover a autodeterminação dos estudantes e o seu direito a viver de forma independente e na comunidade constituirá sempre uma ameaça, uma vez que um dos pontos que os informadores têm expressado como uma fraqueza dos programas é a falta de apoio neste tipo de aspeto.

Deve procurar-se uma forma de financiamento ou de criar sinergias, para que as próprias universidades possam apoiar este tipo de iniciativa. Em muitos casos, não é só a falta de financiamento que constitui uma ameaça, mas também as próprias famílias mostram resistência à promoção de uma vida independente para os seus filhos. Por outro lado, existem ainda muitos défices em termos de acessibilidade física e cognitiva, um ponto que pode dificultar a verdadeira independência das pessoas portadoras de deficiência.

Sem dúvida, a própria experiência universitária é um forte elemento dos nossos programas em que podemos confiar, uma vez que proporciona elevados níveis de confiança, autodeterminação e, portanto, tem um impacto positivo no aumento da autonomia pessoal, a fim de iniciar uma vida independente. O próprio curso introduz constantemente experiências ou situações transversais que promovem a aquisição de competências necessárias para as atividades do dia a dia.

Finalmente, temos de ver o ambiente em que desenvolvemos os nossos programas como um leque de oportunidades e não como barreiras, o que nos pode permitir pôr em prática tudo o que aprendemos, devido à boa recepção deste tipo de programas. A sociedade está cada vez mais consciente da necessidade de promover a verdadeira inclusão social, que é um apoio essencial e muito necessário para promover a independência.

DOMÍNIO 5: Utilização de meios digitais para apoiar experiências académicas, sociais e de emprego bem sucedidas

Os recursos digitais oferecem infinitas oportunidades aos estudantes com DID para acederem a informação em formatos mais acessíveis, participarem em atividades sociais, educacionais, ocupacionais e culturais. O acesso e a formação sobre estes instrumentos e recursos num mundo *hiperligado* é crucial para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência.

Para que sejam verdadeiramente úteis e constituam uma oportunidade e não uma barreira, deve ser promovida a formação na sua utilização (incluindo formação sobre os seus possíveis riscos), garantindo a sua disponibilidade, bem como a sua acessibilidade, adaptando as suas características às necessidades dos estudantes com deficiência. A tecnologia constitui também uma oportunidade de criar ferramentas de apoio específicas para pessoas com DID (por exemplo, sistemas de comunicação alternativos e aumentativos). Ao considerar a utilização ou concepção de uma solução tecnológica ou digital para satisfazer as necessidades de um estudante com deficiência, é necessário envolver o estudante na sua concepção.

Análise SWOT

Relativamente à informação obtida sobre o domínio centrada na **utilização de meios digitais para apoiar experiências académicas, sociais e de emprego bem sucedidas**, os informadores coincidem em apontar os seguintes aspetos relacionados com as áreas propostas na análise SWOT.

Quanto aos **pontos fracos** detectados neste domínio, a presença de meios digitais em todos os ambientes é atualmente normalizada, bem como a capacidade e habilidade de lidar com eles, mas a realidade é que nem todas as pessoas têm meios suficientes, as habilidades necessárias para uma utilização adequada ou o tempo necessário para aprender os conhecimentos relacionados com os meios e o seu funcionamento.

A maioria dos informantes salienta que programas educacionais não têm tempo suficiente para transmitir todo o conhecimento que gostariam de ensinar aos estudantes, resultando em conhecimentos básicos sobre a utilização de tecnologias digitais.

Alguns informadores concordam sobre a inacessibilidade e complicação de alguns programas, que não estão adaptados a todas as pessoas, e ligada a isto está a necessidade de aumentar a formação sobre os programas de que necessitarão ao longo das suas vidas.

Além disso, os informadores apontaram alguns **fatores ameaçadores** interessantes, tais como a grande dependência que o uso destes meios de comunicação pode gerar nos utilizadores destes suportes, diminuindo o contacto social direto, como sair com amigos, ou reduzindo as competências sociais causando um agravamento da comunicação com outros; este tem sido um comentário muito repetido. Embora aprender a utilizar estes meios digitais gere a confiança para navegar na rede, por vezes isto pode levar a situações perigosas porque há pessoas que procuram assediar, enganar ou defraudar outros neste contexto virtual, sem que as pessoas com DID estejam conscientes disso.

Os **pontos fortes** detectados baseiam-se na forma como estes programas lhes proporcionam as competências e capacidades digitais necessárias para fazer bom uso dos meios tecnológicos, com os quais expandem os seus conhecimentos e possibilidades para o seu futuro emprego. Recebem também o apoio necessário para que os meios digitais facilitem a aquisição dos conhecimentos necessários ao longo da formação.

A participação ativa no ambiente social é também realçada, uma vez que os estudantes estão ligados através de redes sociais ao seu ambiente mais próximo, tendo a possibilidade de interagir com outras pessoas. Tirar partido da oportunidade de os estudantes estarem em contacto com os seus colegas ou professores em caso de dúvidas.

Há muitas ocasiões em que este conhecimento gera confiança, empoderamento e autonomia nas pessoas, reduzindo as hipóteses de sofrer um possível cibercrime.

Os informadores apontam as seguintes **oportunidades no que respeita** à utilização de meios digitais: a maioria dos informadores concorda que o conhecimento de competências relacionadas com as novas tecnologias aumenta a possibilidade de encontrar um emprego que se adapte aos gostos da pessoa. Atualmente, os meios digitais encontram-se em todas as áreas, e saber como utilizá-los é essencial. A Internet e as páginas web oferecem uma grande oportunidade para divulgar a situação das pessoas com DID, para além de mostrar aos outros as capacidades que apresentam e que por vezes não são consideradas por causa da deficiência.

Recomendações para promover a "Utilização dos meios digitais para apoiar experiências académicas, sociais e de emprego bem sucedidas".

Um ponto importante que não deve ser permitido enfraquecer o funcionamento dos programas é o aspeto tecnológico, especialmente tendo em conta que nem todos os estudantes e as suas famílias terão os melhores meios digitais ou terão capacidade e habilidade suficiente no seu manuseamento. Uma possibilidade de remediar esta (eventual) fraqueza é o empréstimo de um Tablet a cada aluno no início do curso, para que possam trabalhar com ele também fora da sala de aula. Além disso, em termos de acessibilidade, nem todos os programas e aplicações tecnológicas atuais são acessíveis, algo que afeta não só as pessoas com deficiência mas também uma grande parte da população, aspeto ao qual damos especial ênfase. Devemos promover a acessibilidade cognitiva para que todas as pessoas, independentemente de terem ou não uma deficiência, possam beneficiar das vantagens geradas na sociedade atual pela utilização dos meios digitais a nível pessoal, laboral e social.

Além de proporcionar a formação necessária para promover a utilização de meios digitais, devemos também preocupar-nos em promover a segurança nas redes digitais, uma vez que estas podem tornar-se uma ameaça para as pessoas com menos competências em meios digitais. Pode também tornar-se uma ameaça, a dependência que pode criar a gestão dos recursos digitais, uma vez que na sociedade atual praticamente tudo o que pode ser feito no mundo real pode ser feito virtualmente.

A superação destas dificuldades pode ser feita contando com a força da utilização das tecnologias de informação e comunicação para aumentar o nível de autonomia pessoal, uma vez que permite aos estudantes adquirir as competências necessárias para se moverem numa sociedade cada vez mais conectada.

Tudo isto nos proporcionará oportunidades, principalmente no campo laboral, uma vez que existem muitas opções para encontrar e obter emprego que surgem através da rede. Além disso, a Internet é atualmente o meio mais poderoso para lançar informação que possa servir como uma janela aberta para conhecer as verdadeiras capacidades das pessoas com deficiência, bem como para divulgar a situação atual das mesmas com o objetivo principal de gerar mudanças positivas para alcançar a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência.

DOMÍNIO 6: Concepção e implementação de um currículo no Ensino Superior

Os currículos no ensino superior para pessoas com DID ou de desenvolvimento devem estar relacionados com ética, atitudes, valores e bem-estar, bem como incluir objetivos relacionados com a melhoria das competências, aptidões e instrumentos necessários para ter e manter um emprego.

Devem ser programas flexíveis e adaptados, onde os interesses e objetivos dos estudantes motivarão a escolha de unidades curriculares. Devem incluir, para além de disciplinas ou cursos, o desenvolvimento de uma rede de apoio.

A metodologia será através de pedagogias inclusivas, desenho universal para a aprendizagem, e aprendizagem activa, e incluirá formação em situações reais de trabalho através de estágios, que devem cobrir pelo menos metade do tempo do último ano de estudos. Incluindo a formação em situações reais de trabalho onde o estágio terá lugar, pelo menos metade do tempo do último ano de estudos.

Ter um sistema de avaliação, bem como apoio e acompanhamento contínuo, para avaliar se a experiência está a proporcionar um sentimento de pertença, realização pessoal e dignidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos estudantes. Os professores e colaboradores da experiência de aprendizagem devem ser qualificados e formados.

O currículo deve conter um resumo do assunto e dos (sub)objetivos a alcançar. O currículo exige um modelo holístico, centrado no estudante, centrado no programa, enfatizando quatro áreas: (1) Vida Estudantil Inclusiva, (2) Planeamento e Enriquecimento Académico Centrado na Pessoa, (3) Desenvolvimento Profissional e Práticas Inclusivas, e (4) Apoio Pós-Programa. A fundação destas quatro áreas envolve interações dinâmicas e colaborativas com o estudante, a família e a comunidade.

Análise SWOT

Relativamente à informação obtida sobre o domínio centrada na **concepção e implementação de um currículo no ensino superior**, os informadores coincidem ao apontar os seguintes aspetos relacionados com as áreas propostas na análise SWOT.

Quanto aos **pontos fracos**, verificamos que, no que diz respeito à concepção real do currículo educacional no ensino superior para estudantes com ID, a maioria dos informantes concorda que este tipo de programas deveria ter uma duração mais longa, assim como algumas disciplinas e unidades curriculares deveriam ser mais extensas, uma vez que alguns informantes concordam que faltam algumas áreas científicas.

Além disso, estes tipos de programas são frequentemente um último passo educativo para pessoas com DID, por isso seria interessante se pudessem ser expandidos. Apenas dois informadores apontaram um aspeto que parece interessante, o desafio de realizar uma avaliação adequada e justa de cada estudante no final dos seus estudos académicos.

Foi também salientado por vários informadores, que por vezes o pessoal encarregado de ensinar as sessões não está suficientemente consciente ou treinado em questões de deficiência, de modo que por vezes é difícil para os estudantes acompanharem o ritmo em algumas matérias em que se encontram com falta de adaptação em termos de concepção universal para a aprendizagem.

Por outro lado, as principais **ameaças** que os informadores detectam no ambiente e que podem gerar deficiências ao desenvolver tais programas são as seguintes: um comentário repetido pela maioria dos informadores é a escassez de opções disponíveis ao nível do ensino superior; além disso, não é fácil aceder a outros tipos de ensino superior fora deste tipo de oferta e os restantes programas têm não só um acesso muito mais restrito mas também um nível nulo de adaptação tanto por parte das organizações superiores como por parte de alguns formadores. É também uma opinião generalizada por parte da maioria dos informadores que a maioria do pessoal universitário não está habituado a lidar com pessoas com ID; é necessária uma formação mais didáctica e pedagógica.

Relativamente aos **pontos fortes** que foram destacados neste domínio, todos os informadores coincidiram em apontar a adaptação tanto dos conteúdos teóricos como práticos e o apoio individualizado como o ponto mais importante neste tipo de estudos universitários para pessoas com ID. Trata-se de assegurar que os conteúdos deste tipo de programas sejam atrativos para os estudantes e se concentrem nas suas competências, interesses e motivações, a fim de promover a inclusão, a autonomia, os direitos universais, a autoestima, as capacidades de vida independente, as competências sociais.

Além disso, vários informadores recordam uma premissa que nos parece importante, pois é um dos pontos de partida deste projeto: a possibilidade de prosseguir este tipo de estudos na universidade motiva os estudantes a continuar a sua educação.

Um ponto importante, no qual mais uma vez um número significativo de informadores concorda, é a coexistência de estudantes com e sem deficiência nas salas de aula e no espaço universitário geral, e esta participação em instituições de ensino superior pode ser utilizada para sensibilizar a comunidade universitária e quebrar barreiras e preconceitos sobre as pessoas com DID, de modo a que se tornem sujeitos ativos de apoio para que se tornem sujeitos ativos durante os seus estudos universitários.

Para concluir a informação analisada neste domínio, centrada no último ponto da análise SWOT, uma das principais **oportunidades** apontadas pelos informadores, em termos dos fatores externos que envolvem este tipo de programa, é a sensibilização e envolvimento do sistema de emprego e trabalho graças à relação estabelecida durante os períodos de estágio curricular com este tipo de programa; esta é uma forma de abrir o sistema de emprego e trabalho às pessoas com deficiência, quebrando preconceitos e sensibilizando a comunidade em geral. Além disso, como alguns informantes assinalam, a comunidade universitária, tanto estudantes como professores e outro pessoal, também beneficia em termos de aprendizagem e participação, partilhando espaços e tempo com os utilizadores deste tipo de programa.

Por outro lado, alguns informadores salientam os benefícios que podem trazer às famílias e ao ambiente próximo de outras pessoas com deficiência, por exemplo em

termos de baixar o nível de superprotecção, ou descobrir competências que não teriam considerado antes sobre os seus filhos ou familiares.

Recomendações para a "Concepção e implementação de currículo no Ensino Superior".

É importante concentrar-se na superação dos pontos fracos na concepção interna e no currículo interno dos programas. Para que a aprendizagem seja verdadeiramente significativa, a opinião geral tem sido de que a duração é curta; devem ser considerados prolongamentos no tempo para que todos os aspetos do currículo educacional possam ser trabalhados eficazmente e o conhecimento possa ser consolidado. Além disso, tendo em conta que este é por vezes o último passo na formação das pessoas com deficiência, devemos assegurar que os conteúdos sejam devidamente trabalhados e adaptados. Estreitamente ligado aos aspetos de calendário dos estudos, existe uma falta de formação em questões de deficiência que os professores por vezes demonstram, de modo que o processo ensino-aprendizagem será difícil porque por vezes não sabem como fazer as adaptações necessárias ou simplesmente como lidar com este tipo de estudantes.

A escassa oferta de formação acessível atualmente disponível para pessoas com deficiência, especialmente no ensino superior, constitui uma clara ameaça à promoção do acesso das pessoas com DID às instituições de ensino superior. Além disso, em muitas ocasiões, a formação oferecida tem dificuldades ou limitações no seu acesso, pelo que continuamos a enfrentar uma formação de acesso muito restrito para as pessoas com deficiência.

Um elemento forte nestes programas é a adaptação dos conteúdos, o apoio prestado, a motivação dada aos estudantes, etc., que é um pilar fundamental para motivar os estudantes a prosseguirem os seus estudos ou a entrarem no contexto de emprego. Além disso, a presença de pessoas com diferentes capacidades nas instituições de ensino superior contribui não só para diversificar as salas de aula e o ambiente universitário, mas também para sensibilizar a sociedade para a inclusão educacional.

Não devemos perder as oportunidades oferecidas pelo ambiente imediato, tais como o envolvimento do contexto de emprego. As obrigações são criadas quando se trata de estágios educacionais que não devem ser quebrados, pois os benefícios serão mútuos tanto para as empresas como para os nossos estudantes. Por outro lado, a partilha de espaços e tempo com pessoas com diferentes capacidades, como dissemos anteriormente, contribui para aumentar a consciência na sociedade. Finalmente, quanto ao impacto no núcleo familiar, isto é muito positivo porque as famílias promoverão a independência e autonomia da pessoa, encorajando-a a continuar a sua formação ou a iniciar a sua carreira profissional, bem como, em geral, reduzindo os (eventuais) níveis de *superproteção* presentes por vezes no núcleo familiar, e que têm um impacto negativo na vida quotidiana das pessoas com deficiência.

DOMÍNIO 7: Processo de admissão e critérios de elegibilidade

O acesso ao ensino superior deve ocorrer como uma questão de direito para qualquer cidadão que assim o deseje. No que diz respeito às pessoas com deficiência, este direito deve ser garantido através de processos de admissão acessíveis em termos de materiais e procedimentos. Será essencial dispor de serviços de apoio e pessoal que possa compensar as limitações dos procedimentos, para que estes possam ser acessíveis a qualquer pessoa com deficiência. É igualmente importante oferecer serviços acessíveis da instituição (cantinas, residências e outros) que enquadrem a atividade de formação. Para além do trabalho de ensino superior, na faceta da extensão universitária e da sua presença na sociedade, a universidade pode proporcionar oportunidades de participação em experiências de formação não orientadas para graus universitários, dando oportunidades a todas as pessoas.

Em relação às pessoas com DID (PDID), é especialmente relevante eliminar alguns requisitos tradicionais de acesso, tais como formação ou nível anterior. A entrevista de acesso com a pessoa e a sua família torna-se importante, a fim de avaliar adequadamente as capacidades, necessidades e interesses da pessoa e aconselhá-la adequadamente. É também essencial que os materiais, formulários, web e outros materiais estejam disponíveis em formatos fáceis de ler, a fim de favorecer a acessibilidade cognitiva.

Análise SWOT

Relativamente às informações obtidas sobre o domínio centradas no **processo de admissão e nos critérios de acesso**, os informadores coincidem ao apontar os seguintes aspetos relacionados com as áreas propostas na análise SWOT.

Vários informadores concordam que um **ponto fraco** na implementação deste tipo de programa é o pequeno número de vagas, apesar da existência de um grande número de candidaturas.

Outra limitação salientada por vários dos informadores é quando se verifica a existência de uma idade máxima de entrada. Os adultos que, por várias razões, não tenham tido acesso à formação com diplomas, perdem uma grande possibilidade de emprego futuro.

Por outro lado, a falta de consciência geral sobre a importância do ensino superior para as pessoas com DID tem sido apontada como uma ameaça. Um campo que recebe pouco financiamento, pouca atenção e pouca aceitação na sociedade.

Relativamente aos **pontos fortes** detectados, a nível geral, os informadores concordaram que a participação nestes programas significa uma melhoria da qualidade de vida para as pessoas que a eles acedem. Além disso, quanto aos critérios de acesso, trata-se de cursos acessíveis que também têm, durante os procedimentos de acesso com acompanhamento para inscrição, com uma entrevista prévia para se encontrarem com os tutores, sendo realizada uma avaliação objetiva.

Os informantes coincidem em salientar que, fundamentalmente, a maior **oportunidade** oferecida por estes programas está relacionada com o ambiente do estudante, uma vez que, após a formação, irão melhorar a sua relação com ele, bem como a sua gestão diária; além disso, são sensibilizados para a sua capacidade de aceder e passar o grau, alcançando os objetivos que fixaram para si próprios.

Recomendações para o “Processo de admissão e critérios de elegibilidade”.

Quanto aos aspetos internos aos quais devemos prestar especial atenção a fim de superar possíveis fraquezas dos programas, existe o número reduzido de lugares oferecidos, uma vez que estamos a assistir a um número crescente de candidaturas para participar nestes programas e é importante poder acomodar todos aqueles que querem participar nesta experiência, sem dúvida muito significativa. Além disso, se considerarmos o critério da idade, devemos também prestar especial atenção ao perfil dos estudantes que recebemos, uma vez que o principal objetivo dos nossos programas é que ninguém fique de fora. Por conseguinte, devemos oferecer alternativas às pessoas que, devido à sua idade avançada, não podem ou não querem aceder a este tipo de

programa; por exemplo, oferecer uma alternativa semelhante, mas mais apropriada em termos de conteúdo.

Por outro lado, devemos evitar fatores ameaçadores que possam causar estragos na implementação dos nossos programas. Por exemplo, o fator de financiamento continua a ser um aspeto ao qual se deve prestar especial atenção, uma vez que o ensino superior inclusivo continua a ser um campo pouco conhecido e, portanto, ao qual se presta pouca atenção; conseqüentemente, há pouco financiamento para este tipo de programa.

Um elemento forte, que devemos continuar a favorecer, será a grande acessibilidade e o apoio prestado neste tipo de cursos. Desde o primeiro momento, há um constante acompanhamento e apoio do processo, o que não só gera confiança nas famílias, como também promove uma aproximação desde o primeiro contacto entre profissionais e novos estudantes.

Do mesmo modo, iremos consolidar todos estes aspetos, aproveitando todas as oportunidades que o ambiente nos oferece para melhorar as relações sociais das pessoas com deficiência, de modo a mostrar à sociedade as suas capacidades para atingirem os objetivos que se fixaram e para poderem quebrar as barreiras no acesso ao ensino superior, o principal objetivo desta investigação.

DOMÍNIO 8: Protocolos de acolhimento e programas de indução

Os programas do Ensino Superior devem fornecer recursos de apoio que facilitem o acesso e a participação dos estudantes com DID na universidade.

Estes recursos devem ser dados a conhecer ao estudante antes de entrar na universidade, facilitando a acessibilidade estrutural (cognitiva, relacional e física), e estar disponíveis durante a sua estadia no contexto universitário. Entre estes recursos poderíamos incluir: programas de apoio de pares, programas de acolhimento e de boas-vindas, programas de apoio financeiro para cobrir despesas de estudo, ou dias de abertura que ofereçam a oportunidade de conhecer previamente o ambiente universitário.

Do mesmo modo, deve ser fornecida informação, em formatos acessíveis, sobre o que está envolvido no acesso à Universidade, destacando tanto os direitos e deveres do estudante, como os recursos de apoio para resolver questões práticas (por exemplo, burocracia relacionada com a matrícula), conteúdos (por exemplo, metodologias a implementar nas aulas para facilitar o acesso à informação), ou sociais (por exemplo, atividades sociais realizadas no contexto universitário em que outros estudantes participam).

Análise SWOT

No que diz respeito à recolha de informações sobre o domínio centrado nos **protocolos e programas de acolhimento para apresentação à instituição**, os seguintes aspetos foram destacados na análise SWOT:

Relativamente a possíveis **fraquezas** detectadas como resultado da análise dos comentários dos informadores, várias pessoas concordam que, apesar da assistência oferecida, ainda há falta de apoio a ser prestado. Além disso, relativamente à recepção neste tipo de programa, existe ainda falta de apoio a ser prestado, e a maioria dos estudantes que começam a participar neste tipo de programa estão a vir à instituição pela primeira vez. Há poucas oportunidades de aprender sobre o mundo do ensino superior para pessoas com deficiência e, sobretudo, muita informação precisa de ser

mais acessível, especialmente informação sobre os programas, para que possam ser divulgados e chegar às famílias.

É especialmente interessante o comentário feito por vários informantes sobre os possíveis encontros e encontros anteriores que podem ter lugar entre estudantes, uma vez que muitos estudantes chegam ao primeiro dia do curso sem conhecer os seus colegas de turma, algo que pode gerar stress e ansiedade nos estudantes.

Vários informadores também assinalaram que não seria supérfluo ter uma figura específica para os apoiar e acompanhar através do processo de candidatura, procedimentos administrativos, etc.; desta forma, as famílias saberiam a quem recorrer em caso de dúvidas.

Algo que não foi especialmente salientado, mas que consideramos importante, é que a interação entre estudantes com e sem deficiências seja encorajada desde o início da viagem académica e para além dos programas de tutoria.

Outro ponto fraco destacado refere-se às desigualdades que podem surgir se o estudante tiver de percorrer uma longa distância para frequentar este tipo de programa.

Os informadores dificilmente comentaram possíveis fatores externos que possam constituir uma **ameaça para o** desenvolvimento deste tipo de programa. Um dos comentários que têm sido recolhidos é a falta de conhecimento na sociedade sobre educação e deficiência, especialmente a nível do ensino superior.

Os aspetos económicos, por exemplo, o custo da inscrição ou a falta de informação, também foram apontados como um possível fator que pode afetar o desenvolvimento destes programas.

Praticamente todos os informadores concordam que o **principal ponto forte é** o sistema de acolhimento. O apoio dos pares desde o início do curso é fundamental, tendo em conta que os estudantes se encontram numa situação nova, totalmente desconhecida, que pode gerar stress. Além disso, salientam que os profissionais estão especialmente envolvidos para que isto se realize de forma a que os estudantes se sintam confortáveis e seguros.

Vários informadores também assinalam um ponto importante, como a entrevista inicial com famílias e estudantes, para que os profissionais e os responsáveis pelos programas conheçam os novos estudantes e possam ter uma ideia do tipo de apoio de que necessitarão. Além disso, desde o início, a pessoa com deficiência está envolvida em todo o processo e tem toda a informação necessária de uma forma acessível.

Alguns informadores comentaram sobre as **oportunidades** oferecidas pelo ambiente para o desenvolvimento deste tipo de programa; contudo, encontrámos alguns comentários particularmente interessantes.

Uma das principais oportunidades oferecidas é a oportunidade de trabalhar para a plena inclusão de pessoas com DID na sociedade, participando num número crescente de contextos.

Além disso, começámos gradualmente a assistir a um maior nível de cooperação entre escolas secundárias e instituições de ensino superior em termos de inclusão e oportunidades educacionais para pessoas com DID, um dos principais desafios para o futuro proposto neste projeto.

Recomendações para "Protocolos de alojamento e programas de introdução".

Os programas devem evitar aspetos que possam enfraquecer o seu desenvolvimento, especialmente em termos de apoio. Por vezes é algo difuso que figura de apoio específico que acompanha constantemente o estudante no início e se retira gradualmente para promover a segurança, confiança e independência futura do estudante. Para muitos estudantes, é a primeira vez que se encontram sozinhos num ambiente desconhecido e por isso é muito importante atender aos aspetos emocionais que isso gera. Daí a proposta de realizar reuniões antes do início do curso da equipa com os estudantes e entre os próprios estudantes, uma vez que um ponto chave destes programas é o apoio de pares e, desta forma, estamos a promovê-lo. Por outro lado, seria também interessante aumentar o número de interações entre estudantes com e sem deficiência na gestão diária dos programas, e para além dos programas de tutoria, por exemplo, com sessões de formação conjuntas, atividades no campus, etc. Além

disso, por vezes a informação sobre as ofertas académicas disponíveis no final do ensino obrigatório é algo confusa e por vezes não chega corretamente às famílias e aos estudantes; por conseguinte, é importante contribuir para as tarefas de divulgação tanto dos nossos programas como de outros programas externos.

A ignorância continua a representar uma grande ameaça. Fala-se cada vez mais da inclusão educacional a nível do ensino primário e mesmo secundário, mas o que acontece depois, o que é oferecido, e será que as pessoas com deficiência podem realmente obter um diploma universitário? A informação, neste sentido, e como mencionámos anteriormente, continua a ser difusa e escassa.

Seremos capazes de nos projetar, tirando partido de pontos fortes como o grande envolvimento de todos os profissionais para que sejam geradas redes de apoio significativas entre os estudantes e que estes venham para a universidade não só para receber formação, mas também para continuar a crescer pessoalmente com esta experiência. Além disso, a pessoa com deficiência está sempre envolvida em todo o processo, tanto no momento da admissão e do acesso como no desenvolvimento do programa.

Devemos ver como uma grande oportunidade que podemos aproveitar, a participação em ambientes muito diversos, para que continuemos a favorecer a abordagem social da realidade da inclusão no ensino superior. É verdade que nos últimos anos, e especialmente como resultado da implementação dos programas descritos neste guia, os níveis de cooperação entre os centros de ensino secundário e superior aumentaram, e este é um dos principais desafios para o futuro.

DOMÍNIO 9: Planeamento centrado na pessoa

O termo planeamento centrado na pessoa refere-se a uma família de abordagens para organizar e orientar a mudança comunitária em parceria com pessoas com deficiência e as suas famílias e amigos. É uma metodologia destinada a criar mudanças significativas para as pessoas com deficiência, colocando as suas aspirações e desejos no centro dos processos de tomada de decisão, e desenvolvendo os seus interesses e pontos fortes.

O objetivo é ajudar cada pessoa a realizar os seus sonhos, a estabelecer projetos de vida relacionados com o crescimento pessoal e qualidade de vida, o que significa trabalhar com motivações pessoais. Isto será conseguido através da colaboração de uma equipa de apoio, com a qual os projetos de vida são discutidos e avaliados em conjunto, onde as pessoas envolvidas se comprometem e assumem responsabilidades, sendo estas negociadas com uma descrição detalhada das atividades a realizar, e sempre respeitando as decisões da pessoa, dando prioridade à decisão do estudante sobre as suas metas e objetivos. Em suma, a aprendizagem tem lugar através de uma ação partilhada.

Esta metodologia implica conhecer a pessoa em profundidade, através da observação e entrevistas com jovens sobre os seus sonhos, expectativas, necessidades e competências, conhecendo quem são as pessoas que o jovem identifica como importantes nos seus diferentes contextos de vida, bem como as oportunidades comunitárias que permitem à pessoa alcançar os seus interesses. Requer ação colaborativa, onde o respeito pela dignidade e integridade da pessoa impulsiona o processo e exige uma procura sustentada de formas eficazes de abordar as barreiras e as exigências conflituosas que surgem no decurso do desenvolvimento de planos positivos e possíveis.

Análise SWOT

Relativamente à recolha de informações sobre o domínio centrado no **planeamento centrado na pessoa**, os seguintes aspetos foram destacados na análise SWOT:

No que diz respeito aos **pontos fracos** que os informadores detectam no desenvolvimento deste tipo de programa quando analisam a implementação do planeamento centrado na pessoa, vários informadores assinalam que por vezes é difícil para as próprias pessoas com deficiência terem acesso a determinados recursos, procedimentos administrativos, etc. de forma independente. Por outro lado, um número significativo de informadores salienta também que nem todo o pessoal universitário que trabalha diariamente nestes programas tem formação ou conhecimentos suficientes sobre os principais objetivos deste tipo de planeamento centrado na pessoa, bem como a falta de apoio e recursos que ocasionalmente encontram.

Alguns informantes salientam que o PCP será tão forte como o quadro de referência pessoal da pessoa, de modo que o papel das famílias e a forma como participam nestes planos, dando aos seus filhos o papel principal, também desempenha um papel essencial.

Por outro lado, os principais **fatores ameaçadores para** o desenvolvimento deste tipo de programas sob os princípios do planeamento centrado na pessoa, de acordo com os informadores, são os seguintes: em primeiro lugar, apontam as restrições adicionais aos programas, ou seja, a falta de adaptação do ambiente ou a falta de consciência do ambiente para promover a autonomia das pessoas e que são elas que tomam todas as decisões nas suas próprias vidas.

Finalmente, alguns informadores também salientam a importância de educar o ambiente e de os sensibilizar para este tipo de plano, uma vez que a falta de conhecimento pode levar ao incumprimento dos princípios de PCP no seio da comunidade universitária.

Como pudemos verificar ao longo da recolha de informação, os informadores concordam que este tipo de programas é eminentemente baseado neste tipo de planeamento, uma vez que tanto o conteúdo teórico como o prático estão centrados nos interesses, capacidades e competências dos indivíduos, o que é um dos seus principais **pontos fortes**. Além disso, promove-se uma procura adequada do local onde

os estágios serão realizados, de modo a que seja feito um grande esforço para conhecer as aspirações de todos os estudantes.

Por outro lado, todos os informadores concordam que a concentração em PCP ao levar a cabo este tipo de programa leva a uma melhoria significativa dos níveis de qualidade de vida das pessoas com DID.

Relativamente às **oportunidades** que o ambiente coloca em prática para promover o PCP ao realizar este tipo de formação no ensino superior, não foram muitos os informadores que comentaram sobre este domínio, no entanto, relacionaram várias questões interessantes. Em primeiro lugar, concordam com a importância da sensibilização no ambiente direto onde a pessoa com uma deficiência se desloca, para que os seus direitos e possibilidades sejam conhecidos. Além disso, as numerosas oportunidades de inclusão e participação na sociedade, bem como os encontros entre pessoas com e sem deficiência, geram grandes oportunidades para a implementação e desenvolvimento deste tipo de programa.

Recomendações para "Planeamento Centrado na Pessoa".

Temos de prestar atenção aos aspetos internos que podem enfraquecer o desenvolvimento dos programas de acordo com o planeamento centrado na pessoa. Um ponto que pode ter uma influência negativa é a complexidade de alguns procedimentos administrativos que devem ser efetuados para aceder aos cursos, de modo que a pessoa necessitará de um apoio significativo e será difícil para ela fazê-lo de uma forma totalmente autónoma. Outro aspeto a ter em conta é a falta de conhecimento de alguns profissionais sobre os objetivos e prioridades do planeamento centrado na pessoa, conhecimento sem o qual estes programas não podem ser levados a cabo com sucesso. Devemos dar a conhecer esta metodologia de funcionamento para que se torne a base para o desenvolvimento dos programas, promovendo sempre a autonomia pessoal e a autodeterminação das pessoas com deficiência. Por outro lado, a família deve tomar consciência dos objetivos que vamos prosseguir com os estudantes, tornando-se facilitadores e participando nestes planos, atribuindo aos seus filhos o papel principal.

A formação em planeamento centrado na pessoa permitirá trabalhar para eliminar potenciais ameaças externas, tais como a falta de acessibilidade ou restrições ambientais que impeçam o indivíduo de ser o agente primário na sua própria vida. A falta de conhecimentos sobre planeamento centrado na pessoa pode dificultar o aluno de atingir as suas metas e objetivos.

Um elemento forte dos programas é que tanto a sua concepção como o seu desenvolvimento se baseiam eminentemente neste tipo de planeamento. O aluno está sempre no centro e tudo o que é trabalhado ao longo do curso deve ser adaptado às suas capacidades, necessidades e interesses, tanto a nível teórico como prático. Além disso, trabalhar com estes objetivos tem um impacto positivo em todas as dimensões do modelo de qualidade de vida: bem-estar físico, bem-estar emocional, bem-estar material, relações interpessoais, autodeterminação, desenvolvimento pessoal, direitos e, claro, inclusão social.

E para alcançar tudo isto, aproveitaremos todas as oportunidades que surjam, tais como a sensibilização e envolvimento da família, ambiente pessoal e universitário mais próximo da pessoa com deficiência; bem como os encontros que a pessoa faz com outras pessoas sem deficiência no campus universitário.

DOMÍNIO 10: Mentoria (por pares não deficientes)

A tutoria pode ser considerada um apoio natural e direto prestado por pares, tipicamente estudantes de graduação e pós-graduação de idade semelhante, que podem ajudar na orientação no campus, apoio com objetivos educacionais, ajuda com serviços universitários, e fornecer apoio social. O mentoring de pares desempenha um papel crítico na inclusão, construindo motivação, e assegurando que o ambiente do ensino superior seja amigável e acolhedor. Este acompanhamento deve diminuir com o tempo, promovendo a autonomia dos jovens e aumentando a sua autodeterminação.

A tutoria/apoio de pares é uma das principais chaves para o sucesso da educação e inclusão social dos estudantes com DID e muitos estudos atestam a importância da tutoria de pares, ou "mediadores de pares", e descrevem diferentes formas de organizar e implementar este apoio natural. O conhecimento e a implementação destas diferentes alternativas de tutoria podem ser uma ferramenta importante no desenvolvimento de programas de formação.

Análise SWOT

Em termos de recolha de informações em torno do domínio centrado na **orientação de pares não deficientes**, os seguintes aspetos foram destacados na realização da análise SWOT:

Tendo em conta as informações fornecidas pelos informadores, detectámos as seguintes **fraquezas relativamente** à secção sobre a tutoria por pares não deficientes. Foi detectado que no programa de tutoria existem fraquezas que geram a desconfiança dos informadores em relação ao mesmo.

Por um lado, é um processo aleatório, que diminui a qualidade do mentoring e não o torna um programa completamente fiável. As pessoas que pedem a ajuda dos mentores esperam muito deles, e nem sempre recebem toda a atenção que esperam; este é um aspeto que preocupa especialmente as famílias, como o apontam em várias ocasiões. Pelo contrário, há casos em que se gera uma grande dependência em relação àqueles

que desempenham o papel de mentores, reduzindo a autodeterminação das pessoas com deficiência.

Além disso, alguns informadores concordam com a falta de contacto que existe após o fim do programa entre mentores e indivíduos acompanhados, produzindo um sentimento negativo naqueles que mantiveram contacto com os mentores.

Relativamente às principais **ameaças** detectadas, vários informadores assinalam que as pessoas que se envolvem nos programas de colaboração como mentores podem ver o seu trabalho dificultado devido a complicações no resto das suas obrigações, causando-lhes a interrupção da sua colaboração no programa a tempo ou indefinidamente.

Parece que as pessoas sem deficiência ou os profissionais são sempre chamados a desempenhar este papel, e não se tem em conta que as pessoas com deficiência podem ser capazes de prestar um grande apoio a outros colegas que necessitem de mais ajuda para realizar determinadas tarefas.

Por outro lado, relativamente aos principais **pontos fortes**, a maioria dos informadores salienta que é uma possibilidade de conhecer novas pessoas, independentemente das suas características, com quem partilhar experiências e aprender novos conhecimentos.

Há uma melhoria nas competências sociais, uma vez que o trabalho dos mentores não se limita à prestação de apoio académico, mas também melhora as redes sociais e a interação com o ambiente.

Finalmente, em termos de **oportunidades**, vários informadores concordam em comentar que os voluntários para mentores são os principais beneficiários, devido às oportunidades oferecidas. A partilha de tempo e experiências com pessoas com deficiência irá torná-los conscientes das competências e conhecimentos que podem oferecer, promovendo a inclusão do grupo. Para ambas as partes, esta interação gera benefícios sociais e académicos.

Recomendações para “Mentoria (por pares não deficientes)”.

Em termos de atividades de mentoria, os programas devem evitar, tanto quanto possível, que o processo se desenrole sem diretrizes e mínimos estabelecidos. Se não for desenvolvido desta forma, a relação de mentoria pode falhar e gerar desconfiança, levando a uma relutância por parte do progenitor em participar em tais atividades. Ligado a esta questão, deve ser dada atenção à relação estabelecida entre mentor e mentorando, uma vez que pode acontecer, como mencionámos, que o contacto seja escasso ou que seja gerado um elevado nível de dependência, e em ambos os casos pode ter um impacto negativo no desenvolvimento pessoal e académico do aluno com deficiência.

A atitude dos mentores constituirá uma ameaça ao correto desenvolvimento da atividade, embora estejam ansiosos por iniciar o processo, nem sempre estão firmemente empenhados, seja por sua própria decisão ou porque são estudantes com responsabilidades académicas que diminuem as possibilidades de atenção ao mentorando. Pode ser interessante que a mentoria nem sempre seja realizada por um estudante sem deficiência, pelo que recomendamos a abertura da mentoria a ex-alunos dos próprios programas para que possam aconselhar novos estudantes a partir da sua própria experiência, embora seja realizada uma supervisão do processo, tal como acontece com os mentores sem deficiência.

Salientam-se os aspetos positivos ou pontos fortes internos, tais como os importantes benefícios que são gerados para ambas as partes, tanto para o mentor - que não só é enriquecido academicamente, mas também com uma grande experiência a nível pessoal -, como para o mentorando, que tem a confiança de ter uma pessoa de referência a quem recorrer dentro do ambiente académico e social.

E em relação a tudo isto, abre-se uma vasta gama de oportunidades oferecidas pelos programas de mentoria, em termos de desenvolvimento de competências sociais, melhoria das relações interpessoais, aumento das redes de apoio, etc.

DOMÍNIO 11: Coaching (formação, acompanhamento e apoio)

“Coaching” refere-se ao papel dos mediadores, professores, tutores, empregadores ou famílias na melhoria do desenvolvimento e desempenho da pessoa (sonhos, expectativas, necessidades e competências). Coaching consiste em provocar e apoiar a aprendizagem, desenvolvendo pontos fortes e permitindo que as possibilidades floresçam através da aprendizagem relacional, das capacidades de aprendizagem, da aprendizagem emocional e da aprendizagem de novas atitudes.

Embora existam muitos modelos diferentes de coaching, queremos identificar todos os tipos de experiências de apoio, aconselhamento ou processo de planeamento centrado na pessoa, complementar aos recursos da instituição de ensino superior e centrado no apoio aos estudantes para identificar os seus interesses, motivações e necessidades, e construir o seu projeto de vida, incluindo conteúdo académico, emprego a tempo parcial durante o programa no contexto do ensino superior, e planeamento para a fase pós-programa.

Análise SWOT

Relativamente à recolha de informações sobre o domínio centrado na **formação, coaching e apoio**, os seguintes aspetos foram destacados na análise SWOT:

Em termos gerais, há acordo sobre vários **aspetos que enfraquecem** o programa neste domínio. Em primeiro lugar, é evidente que por vezes os estudantes precisam de apoio adicional para poderem compreender e interiorizar os conhecimentos trabalhados nas sessões. Em segundo lugar, é apreciado que o apoio que os professores devem dar aos estudantes deve ser maior, uma vez que por vezes é escasso ou o seu trabalho não é inteiramente correto.

Além disso, outros informadores assinalam a existência de assuntos ou conteúdos desnecessários ao longo da formação.

Os informadores dificilmente apontaram quaisquer **ameaças** sobre formação, acompanhamento e apoio. Apenas apontam para a necessidade de melhorar a educação dos empregadores e do pessoal que lida com pessoas com deficiência mental.

Quanto aos **pontos fortes** detectados, tem sido salientado que, ao longo da formação, se mantém uma proximidade contínua. Os estudantes recebem atenção antes de iniciarem o programa, ao longo das suas aulas, e mesmo depois de terminarem o curso recebem apoio e ajuda de tutores, professores ou pessoal de apoio.

Ocasionalmente, de acordo com alguns informadores, é-lhes atribuído um técnico de referência a quem podem solicitar apoio sempre que houver um problema durante o programa. É importante destacar a presença de coaching, realizado individualmente ou em pequenos grupos ao longo do semestre. É realizado uma vez por semana, durante uma hora em cada unidade curricular.

Finalmente, apontam como uma **oportunidade** muito relevante, a colaboração com outras entidades que trabalham com pessoas com DID. Isto irá promover a sensibilização e sensibilização da sociedade para o respeito pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente a sua autodeterminação.

Recomendações para "Coaching (formação, acompanhamento e apoio)".

Devemos ultrapassar aspetos que podem enfraquecer o programa em relação ao acompanhamento e apoio dos estudantes. Por vezes, alguns profissionais não sabem como acompanhar ou apoiar os estudantes da forma correta, bem como utilizar materiais pouco acessíveis, pelo que é importante formar profissionais para que saibam fazer as adaptações necessárias nos materiais que vão fornecer aos estudantes, bem como quando trabalham com eles, caso nunca o tenham feito antes. Também pode acontecer que, mesmo que seja prestado um correto apoio e acompanhamento, o estudante precise de ajuda específica e individualizada, de modo a que o apoio pessoal e individualizado seja sempre prestado, por exemplo, um material específico adaptado a um estudante específico para facilitar o seu processo de compreensão.

Devemos evitar a ameaça representada pela falta de conhecimentos sobre questões de deficiência de alguns profissionais ou do próprio pessoal universitário, pelo que é essencial voltar a salientar a sensibilização e a formação da comunidade universitária.

Podemos abordar tudo isto tirando partido dos pontos fortes internos dos programas, tais como o acompanhamento e apoio constantes tanto antes de iniciar o curso, como durante o desenvolvimento do curso e a sua posterior conclusão, tanto com o aluno como com a sua família. A oferta de um ambiente próximo fará com que os estudantes e as suas famílias se sintam confiantes no programa e irá gerar melhores resultados. Além disso, é importante designar um técnico de referência ao qual os estudantes possam recorrer sempre que precisarem, bem como as sessões semanais de coaching realizadas com os estudantes, para que se sintam sempre confortáveis e acompanhados no processo de ensino e aprendizagem.

Vamos consolidar tudo isto aproveitando oportunidades externas que surjam, tais como a colaboração com outras entidades, de modo a que o apoio possa ser prestado a partir daí para iniciar este tipo de formação e, por sua vez, criar uma maior consciência social sobre os direitos das pessoas com deficiência e a forma de promover a sua inclusão social.

Experiências desenvolvidas pelas universidades que participam no projeto HiLives e outras boas práticas identificadas

O Programa UNIdiVERSITAS Especialista em Competências Sociais e Laborais da Universidade de Salamanca

Descrição Geral

O programa UNIdiVERSITAS foi concebido para proporcionar oportunidades de formação universitária a jovens com DID. O programa, centrado em competências transversais, visa melhorar a autonomia dos estudantes, competências conceptuais, sociais e práticas, e oportunidades de emprego. Estar a estudar na Universidade também lhes proporciona uma experiência inclusiva, uma vez que participam em pé de igualdade com outros estudantes.

A concepção do programa UNIdiVERSITAS é consistente com a definição de DID, que afirma que as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos com DID quando interagem com o ambiente estão na sua maioria relacionadas com competências conceptuais, sociais e práticas (Schalock et al. 2010, 2021; Verdugo et al. 2013). Por conseguinte, este tipo de competências de comportamento adaptativo orientou a organização e o desenvolvimento do programa. Além disso, o programa foi concebido de acordo com as recomendações do "Report on Model Accreditation Standards for Higher Education Programs for Students with Intellectual Disability": A Path to Education, Emprego, and Community Living" desenvolvido pelo The National Coordinating Center Accreditation Workgroup [NCCAW] do Think College¹.

Metodologia e conteúdos didáticos

A principal metodologia de ensino do programa é o quadro do Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL). A EAD é um conjunto de princípios, diretrizes e pontos de controlo para a concepção e desenvolvimento de currículos e instrução que procura assegurar a igualdade de oportunidades para as pessoas, independentemente das suas

¹ <https://thinkcollege.net/>

características e capacidades. Baseia-se na investigação nas ciências da aprendizagem, e os seus três princípios fundamentais centram-se na implantação de apoios e alternativas para o quê (redes de reconhecimento), o como (redes estratégicas) e o porquê (redes afetivas) da aprendizagem. A UDL permite o desenvolvimento de experiências de aprendizagem de formas flexíveis para satisfazer as necessidades dos aprendentes individuais, fornecendo múltiplos meios de representação (por exemplo, leitura fácil), envolvimento (por exemplo, métodos de avaliação variados) e motivação (por exemplo, implementação de várias metodologias de ensino ativas). Nas palavras de Rao et al. (2017, p. 1), "A EAD é considerada uma abordagem de concepção curricular para estudantes com e sem deficiência que tem o potencial de apoiar a inclusão significativa de estudantes com DID em contextos educativos gerais". Além disso, as ideias de concepção universal para a transição (Gabriels et al. 2010) foram tidas em consideração na concepção do programa. Em conjunto, a concepção curricular do grau baseia-se na consideração dos princípios de ambas as abordagens:

1. Considere os múltiplos domínios da vida.
2. Fornecer múltiplas formas de avaliação.
3. Promover a autodeterminação.
4. Fornecer múltiplos recursos e perspetivas.
5. Fornecer múltiplas formas de representação.
6. Fornecer múltiplas formas de envolvimento e motivação.
7. Fornecer múltiplas formas de ação e expressão.

Com isto, a acessibilidade da informação foi assegurada (todos os conteúdos de ensino são apresentados num formato de fácil leitura), os métodos de participação / avaliação são diversos (as avaliações baseiam-se em diferentes critérios objetivos, subjetivos e de participação) e um conjunto de estratégias de ensino é implementado para melhorar a motivação (através da variedade dos próprios métodos de ensino e do apoio contínuo prestado pelos técnicos de emprego, que são contratados ao abrigo do orçamento do curso). Um conjunto de metodologias de ensino foi também implantado com vista a implementar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem da melhor forma possível. O ensino tem sido realizado numa sala de aula com uma disposição espacial não tradicional de mesas e cadeiras móveis; as aulas tradicionais (ou seja, aula principal ou masterclass) têm sido reduzidas ao mínimo, e a maioria dos professores tem utilizado

a aprendizagem cooperativa e baseada em problemas. Desde o primeiro dia, os estudantes têm um guia académico (adaptado para facilitar a leitura) com informações essenciais sobre o diploma. Além disso, através da plataforma de aprendizagem (Moodle) têm acesso a várias informações e recursos (subscrição do calendário, versão móvel da plataforma, diretrizes de comunicação aluno-professor, vídeos, e materiais adicionais).

Na maioria das aulas, os alunos têm realizado trabalhos individuais e em grupo. A composição dos grupos dentro da sala de aula é levada a cabo por cada professor com conselhos dos orientadores de trabalho, de modo a promover boas relações e redes de apoio entre os alunos. Além disso, foram criados grupos específicos para trabalhar as competências numéricas e a gestão de dinheiro, uma vez que alguns estudantes necessitam de apoios mais intensivos para realizar estas atividades. Assim, os orientadores de trabalho prestaram apoio específico e individualizado a estes estudantes para adquirirem estas competências.

O programa UNIdIVERSITAS é oferecido como um diploma (ou seja, certificação específica emitida por uma instituição de ensino superior que oferece uma formação específica, não oficial) da Universidade de Salamanca. A sua primeira edição teve início em 2018-2019. Dura um ano académico (38 ECTS) e é leccionado na Faculdade de Psicologia da Universidade de Salamanca. O número habitual de estudantes é de 15 a 17.

O programa é composto por duas partes. A primeira parte do programa (de Novembro a Março) centra-se no ensino das competências transversais dos estudantes que possam ser necessárias para a realização de uma vasta gama de trabalhos. Estas competências estão divididas nas disciplinas. Além disso, e para melhorar ainda mais a empregabilidade dos estudantes e incentivar a sua motivação para a procura activa de emprego, estes receberam formação em técnicas de procura de emprego. Nesta disciplina são ensinadas as seguintes competências sabendo onde procurar ofertas de emprego, aprendendo como escrever um CV ou como fazer uma entrevista de emprego, ou encontrando emprego através dos meios de comunicação social. Desde o primeiro momento, a motivação e a importância de estar ativamente envolvido na procura de emprego são aspetos sobre os quais o programa está particularmente focado. Durante a segunda parte (março a maio), os estudantes realizam os seus estágios em diferentes

empresas ou serviços universitários, dependendo das suas preferências. Assim, após análise das preferências de trabalho de cada estudante, realizam os seus estágios seguindo a metodologia do emprego apoiado. Os estudantes são formados por dois orientadores de trabalho nas tarefas e competências específicas relacionadas com os seus empregos. Esta formação e apoio têm lugar quando se encontram no seu local de trabalho. Esta abordagem de formação enquadra-se no elemento "apoio no trabalho" do emprego apoiado. Estes estágios têm uma duração de 150 horas, equivalente a uma disciplina de 6 créditos ECTS. Além disso, no final do programa, todos os estudantes devem escrever e apresentar em público o seu "Projeto de Fim de Curso" que visa comunicar de forma estruturada as realizações realizadas durante o período de estágio. A figura 1 mostra a estrutura do programa e a sua organização com base nas competências de comportamento adaptativo que gostaríamos que os estudantes melhorassem.

MODULE	MATTER	SUBJECT	38 ECTS
(1) CONCEPTUAL	(1.1) COMMUNICATION	(1.1.04) English	3
(1) CONCEPTUAL	(1.1) COMMUNICATION	(1.1.06) Oral and written communication applied to employment settings	4
(1) CONCEPTUAL	(1.1) COMMUNICATION	(1.1.07) Competences for digital communication	3
(1) CONCEPTUAL	(1.2) SELF DETERMINATION	(1.2.08) Learning to think and self-management	4
(2) SOCIAL	(2.1) SOCIAL SKILLS	(2.1.09) Emotional intelligence and teamwork	6
(3) PRACTICAL	(3.1) PERSONAL AUTONOMY	(3.1.01) Independent living	3
(3) PRÁCTICAL	(3.2) JOB SKILLS I	(3.2.02) Labor relations and risk management	2
(3) PRACTICAL	(3.2) JOB SKILLS I	(3.2.03) Job search	2
(3) PRACTICAL	(3.4) APPLIED NUMERICAL SKILLS	(3.4.05) Numerical competence applied to the personal, academic and labor areas	3
(4) INTERNSHIP (SUPPORTED EMPLOYMENT)	(3.3) JOB SKILLS II	(3.3.10) Support employment internships	6
(5) FINAL PROJECT			2

Figura 1. Programa da Unidiversitas

Estrutura do programa

- ***Período académico***

As aulas ministradas na primeira parte do programa estão centradas na melhoria da empregabilidade dos estudantes. Segundo a opinião dos estudantes (recolhida através de um inquérito no final do programa), as aulas permitiram-lhes demonstrar uma série

de competências e conhecimentos no seu local de trabalho. Especificamente, destacam as seguintes competências como as mais úteis durante o período de estágio:

- Aptidões sociais
- Assertividade
- Empatia
- Dar e receber feedback
- Escuta activa
- Competências digitais
- Trabalho de equipa
- Gestão do tempo
- Tomada de decisões
- Autonomia pessoal
- Comunicação oral e escrita
- Delegação
- Conhecimentos numéricos
- Gestão de risco

- ***Estágios de emprego apoiados***

Os estágios de emprego apoiados são desenvolvidos de Março a Maio, geralmente de manhã (das 9h00 às 13h00), embora em alguns casos o horário de trabalho tenha sido ligeiramente diferente para assegurar a coincidência de estudantes e tutores profissionais (os tutores profissionais são empregados que desempenham o papel de apoio natural e assistem os estudantes durante os seus estágios após receberem conselhos dos nossos técnicos de emprego).

Durante o período de estágio, quase todos os estudantes têm o apoio de um técnico de emprego e dois tutores profissionais (colegas de trabalho). Apenas 4 estudantes tiveram um único tutor profissional e um orientador de emprego.

A metodologia utilizada durante o período de estágio é a do emprego apoiado. Isto significa que todo o processo de estágio é desenvolvido a partir de uma perspetiva individualizada. Para este fim, um processo de orientação profissional com os estudantes é conduzido por técnicos de emprego. Assim, na fase de pré-internação, são aplicadas ferramentas de recolha de informação profissional, é administrado um inventário das preferências de emprego, e é preparada uma entrevista personalizada com elementos do Modelo de Perfil Profissional - EUSE.

A entrevista final permite a recolha de dados sobre: (1) informações pessoais, (2) pessoas envolvidas em deliberações sobre os interesses profissionais dos estudantes, (3) estado de saúde e dados sobre deficiência, (4) estudos realizados, (5) formação contínua recebida, (6) história do trabalho, (7) hobbies e interesses, e (8) preferências profissionais. Relativamente a este último aspeto, são recolhidos dados sobre: expectativas, carreira ideal, tarefas de trabalho preferidas, condições de trabalho preferidas, ambiente de trabalho preferido. Também são recolhidos dados sobre (9) as aptidões e capacidades de cada estudante: competências de vida diária, capacidades de comunicação, capacidades de interação social, rotina diária, e informação adicional que cada estudante considera de interesse.

Uma vez que cada estudante decide em que trabalho quer ser formado, e as competências/formação e requisitos do trabalho são verificados, o programa contacta as empresas e serviços universitários selecionados.

Uma vez assinados os protocolos e acordos necessários para o início do estágio com os diferentes serviços e empresas, é efetuada a análise do trabalho.

A análise de cada posto de trabalho é realizada em colaboração entre os funcionários das empresas ou serviços selecionados da Universidade e os técnicos de emprego. O principal objetivo desta análise é identificar possíveis dificuldades que o estudante possa ter, para conceber os apoios necessários.

Durante o período de estágio, os orientadores de trabalho registam todos os procedimentos de trabalho para que os estudantes aprendam as tarefas do trabalho sem dificuldades. Além disso, são concebidos diferentes apoios para as necessidades específicas de cada aluno. Os manuais de prevenção de riscos profissionais são também adaptados para facilitar a leitura.

Assim, para além das competências transversais ensinadas durante o primeiro período do programa, cada aluno recebe formação adicional nas tarefas e competências específicas do seu local de trabalho escolhido. Por exemplo, aqueles que completam o seu estágio na posição de "responsável de serviço e informação" devem demonstrar um certo número de competências e aprender uma série de tarefas, que são depois avaliadas pelos seus tutores profissionais. São exemplos de aptidões:

- Pontualidade
- Flexibilidade no local de trabalho
- Organização
- Responsabilidade
- Honestidade
- Resolução de problemas, tratamento de conflitos e contingências
- Capacidade de realizar tarefas
- Capacidade de trabalhar sem supervisão
- Capacidade de trabalho em equipa
- Competências comunicativas
- Capacidade de observação

Resultados académicos

A estrutura geral do programa académico está organizada como um conjunto de competências transversais e específicas que são especificadas num conjunto de resultados de aprendizagem. Os resultados de aprendizagem são declarações que descrevem os conhecimentos ou competências que os estudantes devem adquirir até ao final de uma determinada disciplina. Estes resultados de aprendizagem são avaliados por cada professor utilizando uma variedade de metodologias de avaliação. Finalmente, uma vez que o programa deve estar em conformidade com o sistema de classificação numérica da Universidade de Salamanca, cada aluno tem uma nota média em cada disciplina que reflete o grau em que alcançou os resultados de aprendizagem. A classificação média global dos participantes nas edições desenvolvidas é superior a 7,50. A nota média obtida pelos nossos estudantes durante os seus estágios nas edições desenvolvidas é superior a 8,50. Relativamente a outros indicadores de desempenho, a percentagem média de presença nas aulas é elevada, superior a 95%, o que denota um elevado nível de envolvimento dos estudantes.

Resultados em termos de empregabilidade

Globalmente, o programa Unidiversitas cumpriu com sucesso os seus objetivos de emprego. Em primeiro lugar, porque tem servido para formar todos os estudantes num conjunto de competências transversais ou transversais que são úteis para qualquer trabalho. Em segundo lugar, o programa permitiu a cada estudante realizar um período de estágio de 2 meses, durante o qual aprendem as tarefas de um trabalho da sua

escolha. Os próprios estudantes sublinham que o programa lhes deu algo que não tinham, a confiança e certeza de saber desempenhar as tarefas de um posto de trabalho. Alguns estudantes conseguiram um emprego depois de terminarem, em empresas que colaboram com o período de estágio ou em outras. Outros prepararam exames para cargos na administração pública, como a Universidade de Salamanca, conselhos, etc., e pelo menos dois deles conseguiram um cargo. Alguns estudantes estão a preparar os exames de acesso livre para obterem o grau de Ensino Secundário Obrigatório (ESO). O objetivo destes estudantes é obter o diploma de ESO e depois preparar-se para aceder a ofertas de emprego na administração pública.

Uma vez formados, os estudantes são postos em contacto com diferentes organizações, agências de recrutamento e agências de emprego temporário para as quais enviam os seus CV. Além disso, fornecemos-lhes informações sobre ofertas de emprego ou formação que nos chegam e que podem ser adequadas para eles. Além disso, são-lhes fornecidos conteúdos de fácil leitura para preparar exames para cargos de serviço público.

Ligação a recursos comunitários e empregadores

Uma vez os estudantes formados, foram tomadas as medidas necessárias para colocar os estudantes em contacto com diferentes entidades que fazem parte da Plataforma de Entidades para o Emprego de Salamanca. Do grupo de entidades que fazem parte desta plataforma, foram selecionadas as que dedicam a sua atividade a pessoas com deficiência ou jovens em risco de exclusão social. Do mesmo modo, foi fornecida informação aos estudantes sobre novos concursos, fornecendo-lhes resumos e informações gerais adaptadas a uma leitura fácil.

Avaliação

A avaliação da atividade do programa Unidiversitas é desenvolvida a diferentes níveis com diferentes metodologias. Em primeiro lugar, a equipa de gestão e coordenação do próprio diploma realiza reuniões regulares nas quais são abordadas questões relacionadas com o diploma. No que diz respeito aos estudantes, é sempre mantida uma comunicação fluida com o grupo sobre o progresso do curso, a metodologia de ensino

e o funcionamento geral das diferentes disciplinas. Quanto aos professores, a comunicação direta é mantida desde o início do curso, fornecendo-lhes documentos para facilitar e normalizar os diferentes aspetos da implementação do diploma. Também são realizadas reuniões informais para discutir a sua participação no curso, os problemas que possam surgir e outros aspetos relacionados com o seu ensino.

Além disso, são administrados inquéritos de satisfação e opinião tanto a estudantes como a professores para obter indicadores globais médios que permitem a melhoria contínua do programa.

São utilizadas duas ferramentas de avaliação diferentes:

- A. Para estudantes: questionários desenvolvidos pelo programa para cada conteúdo.
- B. Para os professores: completam um inquérito baseado no utilizado pelo sistema de qualidade da Universidade de Salamanca. O modelo padrão foi adaptado para se adequar a algumas questões específicas do programa Unidiversitas.

Pessoal do programa

A equipa Unidiversitas é composta por cinco pessoas: um diretor, dois orientadores de trabalho e dois professores da Faculdade de Psicologia.

O programa também envolve:

- Professores de diferentes cursos de graduação na Universidade de Salamanca
- Tutores profissionais (colegas de trabalho) que desempenham o papel de suportes naturais.
- Tutores académicos, associados às Faculdades de Educação e Psicologia, bem como a diferentes serviços da Universidade.
- Estudantes sem deficiências que aderem ao programa de tutoria. O papel de mentor é entendido como uma figura de um igual que promove espaços de participação fora da sala de aula.
- Coachs de emprego que são contratados através de um concurso público e processo de seleção, com formação e experiência em emprego apoiado, recursos humanos, fácil leitura e competências transversais.

Contacto com as famílias

O envolvimento da família é importante através do programa. Contudo, uma vez que o principal objetivo do programa é promover a autonomia e autodeterminação dos estudantes, os familiares só são contactados quando necessário para a tomada de decisões, quer porque o estudante não é claro sobre o que gostaria de trabalhar e precisa do apoio da família para identificar os seus pontos fortes e fracos, ou nos casos em que o estudante tem uma doença orgânica em que é necessário ter em conta se as tarefas que escolheu podem ser realizadas sem risco, uma vez que por vezes é mesmo necessário discutir a decisão com os seus médicos.

Na primeira edição, os familiares foram consultados em apenas um caso e na edição atual em dois.

Ligações com organizações e empresas fora da Universidade

A UNIdiVERSITAS submeteu o seu programa de concepção e formação aos principais prestadores de serviços de deficiência a nível nacional, que deram o seu apoio ao programa através de uma carta de endosso. A nível local, UNIdiVERSITAS estabeleceu sinergias e relações com as principais organizações locais, no âmbito de uma estratégia de colaboração.

E, claro, o programa contactou com empresas locais que oferecem oportunidades de estágio aos nossos estudantes.

Uma das principais conclusões após quatro anos de implementação deste programa é que constitui uma grande oportunidade não só para promover o desenvolvimento académico dos estudantes com DID, mas também o seu desenvolvimento social e pessoal. Ao sentirmo-nos como cidadãos plenos dentro da comunidade universitária, observamos melhorias na sua autodeterminação, bem como nas suas aspirações futuras. A universidade oferece um contexto ideal para que sejam encorajados a continuar a estudar, a procurar um emprego melhor, a expandir a sua rede social e, sobretudo, a sentirem-se parte de uma comunidade que também lhes pertence. Este programa tem também um impacto na própria comunidade universitária. Os serviços universitários perceberam que muitos dos apoios prestados aos nossos estudantes no seu local de trabalho são também úteis para outros empregados. Valorizaram a

diversidade como um elemento que traz riqueza ao seu serviço. Os professores também experimentaram que ao implementar a UDL podem melhorar outros cursos que ensinam e beneficiar um leque mais vasto de estudantes.

Em resumo, ter indivíduos com DID a estudar na Universidade melhora não só a sua empregabilidade, mas também o seu sentido de pertença à comunidade, uma vez que a Universidade se torna um espaço muito mais facilitador quando eles estão e participam na mesma.

Referências

Rao, K., Smith, S. J., & Lowrey, K. A. (2017). UDL e DID: O que sabemos e para onde vamos? *Intellectual and Developmental Disabilities*, 55(1), 37-47. <https://doi.org/10.1352/1934-9556-55.1.37>

Gabriels, R. L. (2009). Colleen A. Thoma, Christina C. Bartholomew, e LaRon A. Scott: Universal Design for Transition: Um Roteiro para o Planeamento e Instrução. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 40(5), 651-652. <https://doi.org/10.1007/s10803-009-0838-9>

Schalock, R. L., Luckasson, R., Bradley, V. J., Buntix, W.H.E, Lachapelle, Y., Shogren, K. A., Wehmeyer, M. L. (2010). *DID. Definição, Classificação e Sistemas de Apoios Guia do Utilizador*. Washington, DC: Associação Americana sobre DID.

Verdugo, M. A., Schalock, R. L., Thompson, J. y Guillén, V. (2013) Discapacidad intelectual: definición, clasificación y sistemas de apoyos. En M. A. Verdugo y R. L. Schalock (Coordenadores). *Discapacidad e Inclusión*. Manual para a docência. Salamanca: Amarú Ediciones

Website e Vídeo

- Sítio Web https://inico.usal.es/cursos_formacion/universitas-2/
- Vídeo <https://youtu.be/lt-wp2aGmMI>

Programa Individual de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Aveiro

Descrição Geral

O Programa de Estudos Multidisciplinares Individuais (IMSP), em curso na Universidade de Aveiro, (UAveiro) Portugal, desde Outubro de 2021, aborda o objetivo principal de proporcionar oportunidades significativas (inclusivas e com apoio) de desenvolvimento social e pessoal para pessoas com DID no Ensino Superior (HE), através da participação na vida académica e social dentro da Universidade. Promovido ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido entre a Universidade de Aveiro e o Grupo Jerónimo Martins, S.A., o programa prossegue os objetivos gerais:

- i. Permitir às pessoas com DID adquirir competências específicas nas áreas científicas disponíveis que escolham, de acordo com os seus interesses e competências, bem como competências pessoais, sociais e transversais, através da oportunidade de estudar em ELE, juntamente com os seus pares.
- ii. Proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias às pessoas com DID para melhorar o seu perfil de empregabilidade e aumentar a sua participação cívica / cidadania.
- iii. Promover a mobilização de conhecimentos, competências e atitudes relevantes para a inclusão de pessoas com DID na comunidade.

A concepção do programa foi inspirada pelo conjunto de elementos propostos por O'Brien et al. (2019), que oferecem 'marcos' para uma continuidade entre um contexto de Ensino Superior (EI) totalmente inclusivo e uma posição em que a resposta oferecida aos estudantes com DID 'meramente' ocorre numa instituição de EI física, sem proporcionar aos estudantes oportunidades de interação plena, quer em aulas formais, quer em momentos de convívio e lazer no campus.

A organização [e avaliação] do programa respeita as "Think College Standards, Quality Indicators and Benchmarks for Inclusive Higher Education" (Grigal, Hart, & Weir, 2011; Lynch & Getzel, 2013; Wier, 2019).

Estrutura do programa

O IMSP está organizado em quatro semestres, durante os quais os alunos frequentam as aulas regulares, juntamente com os seus pares, em ambientes regulares. No final do segundo e quarto semestres, os estudantes frequentam estágios extracurriculares, em contextos de emprego.

- **Período académico**

A estrutura curricular do curso compreende um conjunto de 33 unidades curriculares, distribuídas por 16 áreas científicas, oferecidas por sete departamentos e escolas da Universidade de Aveiro (UAveiro) (ver Quadro 1 e Quadro 2).

Tabela 1 - Estrutura curricular do IMSP em 1st. Semestre, conforme publicado em "Diário da República, 2^a Série, Parte E, nº 140, de 21 de julho de 2021", pp. 97.

Unidades curriculares (opcionais)	Área científica		ECTS	Código
História de Portugal	CS	Ciências Sociais	8	42613
Psicologia Relacional	PSIC	Psicologia	4	40131
Metodologia do Projeto Multimédia	CTC	Ciências e Tecnologia da Comunicação	6	40987
Sociologia das Organizações	CS	Ciências Sociais	6	40709
Psicologia da Educação	CE	Ciências da Educação	6	43414
Projetos de Intervenção Educacional III	DTE	Didática e Tecnologia Educativa	10	41803
Gestão das Organizações	GES	Gestão	6	89135
Marketing I	MARK	Marketing	6	81537
Técnicas de Expressão Oral e Escrita	L	Línguas	6	18034
Animação, Itinerários e Eventos Turísticos	TUR	Turismo	6	17554
Gestão da Qualidade no Turismo	TUR	Turismo	6	17557
Fundamentos de Marketing	MARK/Pub	Marketing e Publicidade	6	18103
Aplicações Informáticas	I	Informática	6	18033
Outra(s) a)	—	—	—	—

Tabela 2 - Estrutura curricular do IMSP em 2nd. Semestre, conforme publicado no "Diário da República, 2^a Série, Parte E, nº 140, de 21 de julho de 2021", pp. 97.

Unidades curriculares (opcionais)	Área científica		ECTS	Código
Sociologia da Educação e da Escola	CE	Ciências da Educação	6	41014
TIC e Educação Básica	DTE	Didática e Tecnologia Educativa	4	40511
A Criança e a Saúde	CE	Ciências da Educação	4	47892
História da Educação	CE	Ciências da Educação	4	47895
Expressões Artísticas I	EA	Estudos de Arte	8	47893
Projetos de Intervenção Educacional III	DTE	Didática e Tecnologia Educativa	10	41803
Necessidades Especiais	CSAU	Ciências da Saúde	4	41215
Economia do Turismo	E	Economia	6	40721
Sociologia e Metodologia em Turismo	TUR	Turismo	6	42012
Sociologia Política	CS	Ciências Sociais	6	47254
Políticas da Educação, Ciência e Tecnologia	CS	Ciências Sociais	6	47204
Domínios de Estudo da Música	MU	Música	6	47082
Música em Portugal	MU	Música	4	41409
Literatura para a Infância e Juventude	EL	Estudos Literários	6	43484
Merchandising e Gestão do Ponto de Venda	MARK/Pub	Marketing e Publicidade	6	18107
Planeamento e Política do Turismo	TUR	Turismo	6	17553
Outra(s) a)	—	—	—	—

Outras unidades curriculares foram acrescentadas após o primeiro e segundo semestres, por proposta dos professores de ensino superior que tinham estado a trabalhar com os alunos do IMSP e constataram que alguns dos cursos sob a sua responsabilidade, que ainda não faziam parte da oferta curricular, poderiam ser uma boa opção para os alunos e para a dinâmica das suas aulas, enriquecidos devido à diversidade melhorada e à diferenciação/pedagogia (positiva) emergente: *Marketing II; Projeto de Vendas e Marketing; Logística e Distribuição Multicanal; e Criatividade, Comunicação e Ludicidade.*

Os alunos devem completar cinco unidades curriculares por ano lectivo, frequentando dois ou três cursos em cada semestre.

- ***Estágios de emprego apoiados***

A primeira edição do IMSP está a ser patrocinada por um importante grupo empresarial português, Jerónimo Martins S.A., proprietário de uma cadeia de retalho multinacional e fortemente empenhado em implementar uma política e práticas de inclusão intensiva nas suas centenas de lojas, serviços e logística ("Programa incluir: um espaço para todos" (*Programa Incluir: um espaço para todos*)).

Como patrocinador do PIEM, está também ativamente envolvido na dinâmica do curso, integrando o seu Comité de Monitorização e Avaliação, com membros da universidade e estudantes.

Assim, foram planeados dois estágios extracurriculares nos contextos de Jerónimo Martins S.A., que têm lugar respectivamente após o final do 1º e 2º ano curricular.

O primeiro estágio teve lugar em Julho de 2022, no "Centro Incluir" de Jerónimo Martins S.A. - um espaço em que os estudantes podem participar numa *realidade simulada* mas que lhes proporciona o contacto com situações reais da empresa, sem a pressão do público. O estágio foi muito bem-sucedido, devido à descoberta pelos estudantes de um mundo promissor em termos de oportunidades de emprego; e devido às lições que aprenderam, que identificaram na avaliação desta experiência.

O segundo estágio está previsto para julho de 2023 e terá lugar numa modalidade que já inclui o público, embora com o devido apoio de outros funcionários, que estão a receber formação específica que os prepara para interagir adequadamente com esta população, quer sejam o público que vai às lojas ou os funcionários da empresa.

Metodologia e recursos didáticos

Na sua primeira edição, o programa é frequentado por seis estudantes (com o apoio de um coordenador-tutor). Seguindo uma metodologia de Planeamento Centrado na Pessoa, os estudantes escolhem, em cada semestre, as unidades curriculares que melhor correspondem aos seus interesses e motivações, o que resulta em seis planos curriculares diferentes.

Os estudantes utilizam todos os recursos disponíveis para a comunidade académica - bibliotecas, cafetarias, instalações desportivas... - e beneficiam de um único recurso adicional e poderoso: os mentores, que são os seus pares e colegas de turma.

Esta relação mentor-mentorando tem sido uma força inquestionável no processo de inclusão dos alunos, mediando interações com conteúdos curriculares, atividades de aprendizagem, outros colegas de turma, e com os professores.

A coordenadora-tutora desempenha o papel central de apoio aos estudantes, aos professores e aos indivíduos acompanhados; e ela medeia as interações entre todos eles.

O diretor é outra fonte de apoio no âmbito da dinâmica do programa. Com a coordenadora-tutora, apoia os estudantes, os professores, os outros estudantes e outros profissionais da universidade.

Tanto o diretor como o coordenador-tutor colaboram com as famílias dos estudantes, pois são fundamentais na vida dos seus filhos e podem ser uma importante fonte de apoio para eles (Francis et al., 2018; Miller et al., 2018), embora mantendo como prioridade a promoção da autodeterminação dos estudantes.

Os professores da UAvr demonstraram elevadas competências para enriquecer as suas práticas, adoptando meios como a aprendizagem baseada em problemas, trabalho de grupo, avaliação contínua, utilização de tecnologias digitais e outros para expandir e enriquecer as oportunidades de aprendizagem para todos.

A área em que os professores mostram maior necessidade de esclarecimento e apoio é a avaliação dos alunos: todos eles, desde o início do ensino da classe que inclui o aluno com DID, pedem ajuda nesta área. Invariavelmente, ajustam imediatamente as formas e meios de avaliação, tornando-a flexível e contingente aos diferentes perfis dos alunos do IMSP.

Resultados académicos

Como a primeira edição do IMSP ainda está a decorrer, os resultados académicos estão confinados a dois semestres. Os estudantes têm tido resultados académicos positivos em todos os cursos, com uma única exceção, até agora.

Além disso, o atendimento e a pontualidade, com 100% de pontuações, merecem uma menção especial. Com efeito, verificou-se que os alunos só faltam à escola se estiverem doentes e forem forçados a ficar em casa. Mesmo assim, nestes casos, tomam a iniciativa de pedir ao professor autorização para acompanhar a aula através de Zoom ou outros meios telemáticos, o que sempre foi feito.

Resultados em termos de empregabilidade

Como a primeira edição ainda está a decorrer, o IMSP não tem resultados no campo da empregabilidade.

Ligação a recursos comunitários e empregadores

Nas circunstâncias específicas em que esta primeira edição do IMSP está a decorrer, as ligações aos empregadores são bastante restritas à empresa Jerónimo Martins, S. A.

No entanto, os alunos estão intimamente ligados à Associação Pais na Rede, que está formalmente ligada à Universidade de Aveiro, por protocolo, neste projeto e noutros; três dos alunos do curso continuam, duas ou três vezes por semana, a frequentar as atividades promovidas pela associação; estes têm a particularidade de serem sempre realizados na comunidade, em colaboração com outras estruturas, tais como a Câmara Municipal, o Clube Desportivo de Aveiro, o Museu da Cidade de Aveiro, a FNAC,...

Também, no contexto da Universidade, os estudantes têm acesso a outras organizações da comunidade, tais como Fábrica da Ciência (parte da universidade) e outras.

Avaliação

A avaliação do programa está a ser levada a cabo por referência aos "Padrões do Colégio do Pensamento, Indicadores de Qualidade e Benchmarks para o Ensino Superior Inclusivo" (Grigal, Hart, & Weir, 2011; Lynch & Getzel, 2013; Wier, 2019). Há uma estudante de doutoramento a desenvolver a sua tese em Educação sobre este tema. Ela

está a avaliar o programa centrando-se na perspetiva dos estudantes, numa metodologia centrada na Pessoa. Dentro desta abordagem, o Photovoice e o grupo focal são meios importantes para gerar e recolher dados.

Pessoal do programa

O pessoal do IMSP é composto por pessoas com diferentes funções, todas elas cruciais para o sucesso de um programa com estas características. Assim, cada membro da comunidade académica é um elemento importante, pois o ambiente/clima social da universidade influencia o sentimento de pertença, participação e aprendizagem dos estudantes do IMSP (Espinoza, 2019; Pereira, 2017). No entanto, existe um "núcleo" de pessoas mais intimamente ligadas ao programa:

- Todos os professores da UAvr responsáveis pelas unidades curriculares frequentadas pelos alunos.
- Todos os colegas de turma dos estudantes - especialmente aqueles que desempenham o papel de mentores.
- Todos os membros do pessoal da UAvr, que desde o primeiro momento acolheram estes estudantes e iniciaram processos para promover a sua inclusão plena e (positivamente) diferenciada (por exemplo, oferecendo formação relacionada com a utilização das bibliotecas, adaptada ao seu perfil, para que possam utilizar cada vez mais este recurso de forma autónoma).
- O coordenador-tutor.
- O Diretor do programa.
- O Comité de Monitorização e Avaliação do Programa, que enquadra o envolvimento direto da empresa Jerónimo Martins S. A. (patrocinadora do IMSP) na vida quotidiana dos estudantes e do programa.
- Os próprios estudantes do IMSP, que também fazem parte deste Comité de Monitorização e Avaliação, participam nas análises e intervenções que estão a ser implementadas para otimizar os processos do IMSP.
- Para além dos Diretores dos diferentes cursos onde estão integradas as unidades curriculares frequentadas pelos estudantes, os Departamentos Universitários e os Serviços de Gestão Académica, que invariavelmente demonstram total disponibilidade

e vontade de resolver os problemas emergentes, o IMSP conta também, desde o primeiro momento, com o apoio incondicional da Reitoria da Universidade de Aveiro, que trabalhou lado a lado com a equipa "operacional" na criação do curso e está sempre disponível para apoiar a resolução dos problemas colocados por uma forma inovadora de "fazer as coisas" na universidade;

- As famílias dos estudantes, que se têm mostrado parceiros sempre disponíveis, partilhando as suas perspetivas e conhecimentos, indispensáveis em muitos momentos, e colaborando sempre que necessário nas soluções criadas em conjunto para alguns problemas que surgem.

Encerramento

No final desta apresentação do Programa de Estudos Multidisciplinares Individuais, na Universidade de Aveiro, Portugal, uma declaração de um professor que teve os estudantes com DID na sua aula é talvez a melhor maneira de ilustrar os efeitos da inclusão de estudantes com DID nas aulas regulares do Ensino Superior: "Isto está a ser para mim uma experiência inesperada": O ambiente na aula é excelente, os estudantes - todos os estudantes - estão abertos uns aos outros, estão a ajudar-se uns aos outros como se eu não me lembrasse do que aconteceu antes. Vejo que estão mais motivados e ativos em situações de aprendizagem, e disponíveis para se ajudarem uns aos outros - todos, e não apenas os estudantes com DID. Os estudantes com DID estão ativamente envolvidos nas atividades, estão muito interessados, atentos, pontuais, e assíduos. Sinto que comecei uma nova e motivadora fase na minha vida académica"! (A voz de um professor da Universidade de Aveiro, cuja turma os alunos com DID estão a frequentar).

Referências

Diário da República (Portugal), 2ª Série, Parte E, nº 140, de 21 de julho de 2021.

Espinoza, P. V. (2019). Inclusión educativa universitaria para personas en condición de discapacidad intelectual y la visión social de las neurociencias (teoría informacional). (Inclusão educativa universitária para pessoas com DID e a visão social das neurociências (teoria informativa). *Educación*, 28(54), 243-265.

Folk, E.D.R., Yamamoto, K.K., Stodden, R.A. (2012). Implementing Inclusion and Collaborative Teaming in a Model Program of Postsecondary Education for Young Adults with

- Intellectual Disabilities. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, 9(4), pp. 257-269.
- Francis, G. L., Stride, A., & Reed, S. (2018). Estratégias e recomendações de transição: Perspetivas dos pais de jovens adultos portadores de deficiência. *British Journal of Special Education*, 45(3), 277-301. [doi:10.1111/1467-8578.12232](https://doi.org/10.1111/1467-8578.12232)
- Grigal, M., Hart, D., & Weir, C., (2011). *Think College Standards Quality Indicators, e Benchmarks for Inclusive Higher Education*. Boston, MA: Universidade de Massachusetts Boston, Instituto para a Inclusão Comunitária.
- Lynch, K. B., & Getzel, E. (2013). Assessing Impact of Inclusive Postsecondary Education Using the Think College Standards. *Journal of Postsecondary Education and Disability*, 26(4), 385-393.
- Miller, Kimberly D.; Schleien, Stuart J.; White, Adrienne L.; Harrington, Lalenja (2018). Letting Go: Parent Perspectives on the Outcomes of an Inclusive Postsecondary Education Experience for Students with Developmental Disabilities (Perspetivas dos Pais sobre os Resultados de uma Experiência de Educação Pós-Secundária Inclusiva para Estudantes com Deficiência de Desenvolvimento). *Journal of Postsecondary Education and Disability*, 31(3), 267-285. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1200600.pdf>
- O'Brien, P., Gadow, F., Bonati, M., & Slee, R. (2019). Pessoas com DID que Vivem a Vida Universitária: Temas Emergentes de Around the Globe. *Journal of Intellectual Disability Research*, 63(7), 766-766).
- Pereira, M. (2017). *Pertencer & Participar para Aprender*. Oliveira de Frades: ASSOL.
- Weir, C. (2019). *Think College Standards for Inclusive Higher Education* (criado em 2011, Revisões em curso). Recuperado o 4º. de Novembro de 2022, de https://www.sotaconference.com/uploads/1/0/3/4/103490714/5_weir_handout.pdf

Programa de diploma profissional para pessoas com DID na Universidade da Islândia.

Descrição geral e ensino superior inclusivo

Em 2007, o programa de diplomas foi estabelecido pela antiga Universidade de Educação da Islândia, que desde então se fundiu com a Universidade da Islândia (UI) e forma o núcleo da Escola de Educação da UI (Stefánsdóttir e Jóhannsdóttir 2011).

O acesso ao ensino superior para pessoas com DID é um conceito novo em

A Islândia e a experiência universitária é tradicionalmente reservada a quem tenha obtido o diploma do ensino secundário. O programa de diploma vocacional na IU é um programa de diploma vocacional a tempo parcial de dois anos inclusivo para estudantes com DID que tenham completado 4 anos de ensino secundário superior e estejam interessados em trabalhar em escolas pré-primárias, programas pós-escolares ou no campo da deficiência (por exemplo, auto advocacia). Estes estudantes não satisfazem os critérios de admissão da universidade, uma vez que não passaram no exame de matrícula (Ministério da Educação, Ciência e Cultura 2008).

O programa existe desde 2007 e, desde o seu início, 7 coortes graduaram-se. A matrícula é possível para 12 estudantes todos os anos. Há dois coortes ao mesmo tempo. A parte "Diploma vocacional" incluída no nome do programa refere-se à aprendizagem baseada no trabalho para os estudantes. Inclui tanto o estudo teórico como a qualificação prática em contextos pedagógicos.

Os valores básicos que o programa de estudo e a Universidade da Islândia representam explicitamente são orientados para um modelo social de deficiência, as exigências dos grupos de interesse de pessoas com DID, a Convenção dos Direitos Humanos e o Artigo 24 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

"O programa Diploma baseia-se no entendimento de que o ensino inclusivo deve estar disponível a todos os estudantes de todos os níveis de ensino e os estudantes devem receber o apoio necessário para serem incluídos na vida académica e social da universidade (Stefánsdóttir& Björnsdóttir 2015, Stefánsdóttir& Jóhannsdóttir 2011).

O programa de estudo em si é descrito como inclusivo e foi concebido para ser inclusivo desde o início. Os estudantes que participam no programa frequentam cursos com outros estudantes da universidade. Os seminários individuais destinam-se explicitamente apenas aos estudantes do programa de estudo inclusivo. O programa e a concepção dos seminários são adaptados e organizados de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes. Todos os estudantes beneficiam de material de aprendizagem acessível, conferências mais curtas, pausas regulares, unidades de avaliação menores, mais discussões e diversas oportunidades de aprendizagem e trabalho.

A estrutura do programa do diploma na Escola Superior de Educação

O diploma vocacional é um programa de dois anos, a tempo parcial, sem crédito, que não permite o acesso à formação contínua na universidade. Por um lado, o objetivo do programa é preparar os estudantes para empregos específicos na área da educação, em escolas pré-primárias, clubes pós-escolares e na área da deficiência e da auto advocacia (profissões em que a Escola de Educação fornece formação). Por outro lado, o objetivo do programa é dar aos estudantes com DID uma oportunidade para o ensino universitário e conhecimentos e competências práticas em contextos de educação inclusiva, a fim de promover a sua participação na sociedade (Universidade da Islândia 2022).

A estrutura do programa inclui tanto cursos obrigatórios como cursos eletivos gratuitos. Nunca houve um currículo "especial" para o programa de diploma; os resultados de aprendizagem para cada curso são adaptados para satisfazer as necessidades de cada estudante com diploma que também recebe apoio de mentores estudantis que são estudantes de graduação na Escola de Educação. Há apoio entre pares para ajudar os estudantes, individualmente ou em pequenos grupos, com participação em tarefas e acesso ao material do curso e a palestras (Stefánsdóttir e Björnsdóttir 2015, 2016).

Todos os estudantes com diploma do primeiro ano matriculam-se nos mesmos cursos que consistem em orientação/prática de carreira e dois grandes cursos obrigatórios oferecidos em diferentes programas de graduação na Escola de Educação, com mais de

100 estudantes, incluindo 15-20 estudantes com diploma (dependendo do tamanho de cada turma). No segundo ano de estudo, os estudantes com diploma espalham-se e têm eletivas gratuitas, que são cursos menores com 20-30 estudantes, incluindo um a três estudantes com diploma. Selecionam cursos em função do âmbito da sua formação (educação precoce, estudos de lazer ou educação social) e, conseqüentemente, estes cursos incluem também estudantes que estão a ser formados como professores do ensino pré-primário ou que estão a ganhar os graus de BA em estudos de lazer e educação social. Estes cursos são todos inclusivos em princípio, com um currículo individualizado e adaptado. O nível de adaptação difere em função das necessidades de cada aluno, da disciplina e dos métodos de ensino e, em alguns casos, os alunos com diploma são avaliados com sucesso sem quaisquer adaptações (Stefánsdóttir e Björnsdóttir 2015).

Os dois grandes cursos obrigatórios oferecidos aos estudantes com diploma do primeiro ano foram redesenhados como aprendizagem cooperativa com o objetivo de tornar os cursos mais acessíveis a todos os estudantes. Embora a colaboração e o trabalho de equipa sejam comuns no ensino universitário, o programa e os cursos não são geralmente organizados na tradição da aprendizagem cooperativa, que envolve estudantes que trabalham em grupos em tarefas que não podem ser completadas por estudantes individuais dentro do prazo estabelecido (Johnson, Johnson, e Smith 2007). A reformulação destes cursos como aprendizagem cooperativa significa que não houve necessidade de apoio entre pares como apoio académico durante o primeiro ano; há menos ênfase em palestras e mais em tarefas cooperativas em que a contribuição de todos é valorizada independentemente da capacidade física ou cognitiva (Stefánsdóttir e Björnsdóttir 2016).

No entanto, os mentores dos estudantes provaram ser uma mais-valia para o processo de inclusão.

A estrutura do programa de estudo compreende 4 semestres, um semestre contém 15 ECTS. Um total de 60 créditos são adquiridos nos quatro semestres do programa.

TÓS101 Estudos vocacionais para pessoas com deficiência, Diploma
(Cursos em 2022-2023)
Composição do programa

Primeiro ano

Outono	Primavera
<ul style="list-style-type: none"> Ⓢ TÓS104G Comunicação Eficaz 5e Ⓢ TÓS106G Apoio de pares a pares (mola) 5e Ⓟ TÓS101G Introdução aos Estudos de Lazer 10e PRS118G Introdução à educação social 10e 	<ul style="list-style-type: none"> Ⓢ TÓS207G Sociologia e igualdade 10e Ⓢ TÓS209G Formação I 5e (5Ve)

Segundo ano

Outono	Primavera
<ul style="list-style-type: none"> Ⓟ TÓS406G Formação II 5e (5Ve) Ⓟ TÓS311G Formação II 10e (10Ve) Ⓟ TÓS301G Lazer e aprendizagem ao ar livre na vida e no trabalho 10e ÍPH325G Ensino ao ar livre, aprendizagem ao ar livre e saúde 5e Ⓟ PRS119G História e deficiência 10e Ⓟ LSS105G O ambiente local como fonte de aprendizagem 10e ÍPH325G Ensino ao ar livre, aprendizagem ao ar livre e saúde 5e 	<ul style="list-style-type: none"> Ⓢ TÓS407G Projeto Final - Programa de Diploma Vocacional 5e Ⓟ TÓS202G Lazer e crianças 10e LSS202G Movimento e expressão dramática, dentro e fora 10e (2Ve) Ⓟ PRS212G Deficiência e o curso de vida 10e PRS214G Poder e marginalização: utilização de teorias sociológicas 10e Ⓟ TÓS202G Lazer e crianças 10e Ⓟ TÓS211G Lazer e adolescentes 10e

Apoio de pares a pares

O programa centra-se num cenário inclusivo. Além disso, o programa está empenhado no conceito de concepção universal da aprendizagem, métodos cooperativos de aprendizagem e colaboração entre estudantes. Além disso, é dada alta prioridade ao apoio entre pares - isto inclui ajudar os estudantes a atingir os seus objetivos educacionais e a participar na vida social da universidade. Nos seus estudos, os estudantes são apoiados pelos organizadores do programa de estudo e pelo apoio de pares. Os estudantes da Escola de Educação podem inscrever-se numa turma sobre apoio entre pares.

Descrição do curso:

As disciplinas do curso são interação social, cooperação e assistência na aprendizagem para estudantes que possam necessitar de assistência e/ou apoio nos seus estudos na Escola Superior de Educação.

Este curso irá concentrar-se em novas ênfases e inovações na educação com enfoque na educação inclusiva e no design universal. Coaching, igualdade, sociedade inclusiva, e direitos humanos também serão discutidos num amplo contexto. Serão introduzidas formas de melhorar a participação educacional e social dos estudantes na universidade de várias maneiras. No final do curso, os estudantes recebem a confirmação de que concluíram o curso que podem, por exemplo, utilizar no seu CV.

A Colaboração com os colegas estudantes tem geralmente três aulas por semana. A colaboração pode incluir assistência educacional, por exemplo, no trabalho do projeto ou no tempo que passam juntos na biblioteca ou Háma e participação em eventos sociais em nome das associações de estudantes. Haverá cinco reuniões com professores na primeira metade do semestre, bem como um dia de trabalho em que os estudantes recebem apoio e formação. Além disso, os estudantes podem reservar reuniões, conforme necessário, com os professores do curso.

Os estudantes fazem um diário e apresentam um relatório final sobre a sua experiência.

Resultados da aprendizagem:

- ***Conhecimento***
 - Os estudantes tornaram-se familiarizados com o conceito de educação inclusiva e desenho universal
 - Os estudantes têm conhecimentos sobre inovação na educação
 - Os estudantes têm conhecimentos sobre o estatuto dos grupos marginalizados na sociedade.
- ***Habilidades***
 - Os estudantes são capazes de explorar dados relevantes sobre os seus estudos
 - Os estudantes reforçaram a sua capacidade de trabalhar e apoiar os seus colegas
 - Os estudantes podem refletir sobre a sua experiência comum
 - Os estudantes podem cooperar, discutir várias questões, e racionalizá-las com um grupo

- **Competências**

- Os estudantes podem apresentar questões sobre diferentes assuntos relacionados com o trabalho com um grupo de estudantes diversificado
- Os estudantes desenvolveram competências para organizar eventos com os seus colegas estudantes
- Os estudantes têm as aptidões práticas para apoiar os estudantes em contextos sociais e educacionais numa variedade de situações.

Pessoal do programa

O pessoal do programa são dois gestores de projeto.

O programa também envolve:

- Professores universitários na Universidade da Islândia
- Grupo focal académico.
- Equipa de apoio de pares a pares, estudantes da Universidade

Avaliação.

O programa do diploma foi definido como um programa experimental ou de desenvolvimento de 2007 a 2013 e foi durante esse período avaliado por meio de investigação. O principal objetivo da investigação era recolher informação sobre o programa, como poderia ser melhorado e como os estudantes eram apoiados académica e socialmente. Os resultados de emprego dos estudantes licenciados foram explorados para avaliar a eficácia do aspeto vocacional do programa. Alguns artigos foram escritos sobre o programa de diplomas tanto em islandês como em inglês e estão incluídos nas referências.

Referências

- Ágústa Björnsdóttir. (2018) GÆSin mín og GÆSin þín, Egils malt og appelsín. Meistararannsókn: <https://skemman.is/bitstream/1946/31967/1/%C3%81g%C3%BAstaG%C3%86S.pdf>
- Guðrún V. Stefánsdóttir og Kristín Björnsdóttir. (2015). Eu sou um estudante universitário": Ensino pós-secundário para estudantes com DID. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 18(4), 328-342.
- Guðrún V. Stefánsdóttir og Vilborg Jóhannsdóttir. (2011). Starfstengt diplómunám fyrir fólk með þroskahömlun. *Netla: Vef tímarit um uppeldi og menntun*. [Ritrynd grein birt 29. september.] Sótt á <http://netla.khi.is/greinar/2011/alm/006/006.pdf>
- Guðrún V. Stefánsdóttir. (2011). Áskoranir og ávinningur: Diplómunám fyrir fólk með þroskahömlun á Menntavísindasviði. Í Ása Guðný Ásgeirsdóttir, Helga Björnsdóttir og Helga Ólafs (ritstj.), *Þjóðarspejill: Rannsóknir í félagsvísindum XII. Félags- og mannvísindadeild* (bls. 225-233). Reykjavík: Félagsvísindastofnun Háskóla Íslands.
- Guðrún V. Stefánsdóttir. (2013). Atvinnuþátttaka fólks með þroskahömlun sem lokið hefur starfstengdu diplómanámi frá Háskóla Íslands. *Tímarit um menntarannsóknir*, 10, 85-103.
- Kristín Björnsdóttir (2017). Pertencente ao ensino superior: Educação inclusiva para estudantes com DID. *European Journal of Special Needs Education*, 32(1), 125-136.
- Ministério da Educação, Ciência e Cultura. 2008. "Act on Public Higher Education Institutions". 85.
- Universidade da Islândia (2022): Starfstengt diplómanám fyrir fólk með þroskahömlun. https://www.hi.is/starfstengt_diplomanam_fyrir_folk_med_throskahomlun.

Incluindo e conectando-se no ensino superior: oportunidades de trabalho em rede para vidas independentes - HiLives in Flanders, Ghent University.

Ensino superior na Flandres

O ensino superior inclusivo para pessoas com deficiências (intelectuais) é um direito. Isto estabelece o parágrafo 5 do Artigo 24 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Este parágrafo garante o acesso ao ensino terciário geral, formação profissional, educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. Isto sem discriminação e numa base de igualdade com outros (Nações Unidas, n.d.).

Embora a Bélgica tenha ratificado a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009, não há tradição no que respeita ao ensino superior inclusivo para pessoas com deficiências (intelectuais). O fluxo para o ensino superior é hipotecado por expectativas demasiado baixas e pela falta de adaptação qualitativa (Schraepen, 2021) com a falta de um quadro legal como causa e resultado.

Na Bélgica, existem três comunidades responsáveis pela regulamentação e implementação do ensino superior (inclusive): as comunidades flamenga, francófona e germanófona. Em particular, o Decreto do Ensino Superior (2013) da comunidade flamenga estabelece as diretrizes relativas aos requisitos de admissão decretados e regulamentares (Art. II.195). Embora seja possível desviar destes e o decreto menciona a possibilidade de instalar ajustamentos razoáveis para estudantes com deficiência, ambos não satisfazem as aspirações e necessidades das pessoas com deficiência (intelectual).

De acordo com o quadro legal, as iniciativas das faculdades e universidades universitárias relativas ao ensino superior inclusivo continuam ausentes. O ensino superior na própria Flandres determina se e como um estudante pode participar em atividades educacionais e pode ou não utilizar atividades de apoio educacional. Se a uma pessoa com uma deficiência (intelectual) for dada a oportunidade de estudar, esta participação é caracterizada mais por um compromisso individual de uma faculdade ou universidade universitária e, portanto, por um carácter experimental, do que pela possibilidade de invocar um direito.

- **Decreto sobre o ensino superior**

O Decreto do Ensino Superior (2013) trata das "instituições oficialmente registadas", ou seja, "as faculdades e universidades universitárias" como "instituições de utilidade pública para o ensino pós-inicial, a investigação científica e os serviços científicos..." (Art. II.1).

O decreto também fornece uma visão geral de todas as universidades flamengas reconhecidas (art. II.2) e faculdades universitárias (art. II.3) e as suas qualificações de ensino (capítulo 5).

O artigo II.57 estabelece que o ensino superior compreende cursos conducentes a uma licenciatura, a um bacharelato e a um mestrado. O ensino superior inclui também cursos que podem ser concluídos com um certificado de pós-graduação. Além disso, o grau de doutor é também conferido no ensino superior.

Uma pessoa só pode inscrever-se numa universidade ou colégio universitário se cumprir os requisitos legais e regulamentares de admissão (Art. II.195).

Uma pessoa pode inscrever-se através de um contrato de diploma, um contrato de crédito ou um contrato de exame (Art. II.199).

Com um contrato de diploma, o estudante pretende obter um diploma de um programa de estudos específico. Aqueles que se inscrevem para um contrato de crédito, por outro lado, trabalham no sentido de obter um crédito para um ou mais cursos incluídos. Finalmente, um contrato de exame visa a obtenção de um diploma, um diploma ou um certificado de crédito. Se e como o estudante pode participar em atividades educacionais e fazer uso de atividades de apoio educacional é determinado pela instituição (Art. II.201).

As instituições podem decidir que certos cursos não são elegíveis para um contrato de crédito e/ou de exame (art. II.199).

Para apoiar as políticas seguidas pelas universidades e colégios universitários no contexto do ensino superior inclusivo, foi acrescentado um montante adicional ao subsídio social desde o exercício financeiro de 2017. Este montante só pode ser utilizado

para assuntos relacionados com programas relativos a estudantes com deficiência, como descrito no artigo II.276, § 3 (Art. II.117 e Art. II.118).

Este artigo afirma que os estudantes com deficiência têm direito a acomodações razoáveis.

Cada direção institucional específica no regulamento educativo o procedimento que os estudantes com deficiência devem seguir para solicitar acomodações razoáveis e a forma como podem apresentar um recurso dentro da instituição contra uma recusa de acomodação (Art. II.221). No regulamento do exame, a instituição especifica o procedimento que os estudantes com deficiência devem seguir para solicitar acomodações razoáveis no que diz respeito aos exames e a forma como podem interpor recurso contra uma recusa de acomodação na instituição (Art. II.221).

No contexto de acomodações razoáveis, os estudantes que não possam seguir certos cursos devido à sua deficiência podem ser dispensados de o fazer se seguirem atividades educativas alternativas. A direção da instituição decide em consulta com o estudante interessado sobre a isenção e regista as atividades de substituição.

Além disso, os conselhos podem, em conjunto ou individualmente, tomar medidas para garantir a acessibilidade do ensino superior - num sentido material e imaterial - em relação aos estudantes de grupos populacionais objetivamente demarcados cuja participação no ensino superior é significativamente inferior à de outros grupos populacionais (art. II.276).

As câmaras têm a opção de tomar ou manter medidas corretivas das desigualdades, na medida em que estas medidas sejam tomadas:

ter um carácter temporário e desaparecer quando o objetivo estabelecido no primeiro parágrafo tiver sido alcançado, e

não implica uma restrição desnecessária dos direitos das outras pessoas.

Finalmente, as universidades e colégios universitários também oferecem instalações estudantis (Art. II.336).

Os serviços aos estudantes visam promover a igualdade de acesso e participação de todos os estudantes do ensino superior através da melhoria das condições básicas de estudo. Prosseguem este objetivo oferecendo ajuda e serviços tangíveis e intangíveis e eliminando obstáculos aos estudos (art. II.337).

A atribuição de instalações estudantis pode estar ligada a condições específicas (Art. II.339). Além disso, o acesso às instalações dos estudantes pode ser diferenciado com base no número de créditos para os quais um estudante se inscreve (Art. II.340).

O Centro de Apoio ao Ensino Superior Inclusivo (SIHO) tem a tarefa de orientar e apoiar as instituições na implementação da convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência. Um aspeto central para esta implementação é melhorar a participação dos estudantes com deficiência no ensino superior flamengo (Art. III.98 / 2).

- **Conclusão**

O governo flamengo está de facto a fazer esforços para tornar o ensino superior acessível a um grupo muito diversificado de pessoas. No entanto, a questão continua a ser se as pessoas com deficiências (intelectuais) pertencem a este grupo.

Existe uma forte imagem normativa das pessoas com deficiências (intelectuais) e das suas possibilidades, ambições, motivação, ... para continuar a estudar. Ter um diploma do ensino secundário é e continua a ser uma condição indispensável para a matrícula. Devido à sua carreira escolar no ensino especial ou numa via adaptada numa escola normal, as pessoas com deficiências (intelectuais) possuem frequentemente um certificado que é inútil para uma universidade ou colégio universitário.

A secção "HiLives in Flanders" oferece uma contra narrativa em relação a estas ideias predominantes.

HiLives na Flandres

- **Objetivo do projeto**

HiLives in Flanders esforça-se por um ensino superior inclusivo para estudantes com deficiências (intelectuais).

A Universidade de Ghent é a força motriz por detrás deste projeto. No entanto, isto não significa que só queremos realizar um ensino superior inclusivo dentro das paredes da nossa própria universidade.

Na sequência de Hart et al. (2006), podemos afirmar que o nosso objetivo é promover o "modelo de apoio individual inclusivo". Através deste projeto, os estudantes com deficiências (intelectuais) têm aulas em instituições regulares de ensino superior e em programas idóneos.

- **Público-alvo**

Qualquer pessoa com uma deficiência (intelectual) que deseje estudar numa instituição flamenga de ensino superior pode candidatar-se ao HiLives na Flandres.

Pessoas com deficiências (intelectuais)

Na descrição do nosso público-alvo, colocamos deliberadamente a palavra 'intelectual' entre parênteses. Consideramos esta intervenção como uma redução do limiar, porque nem todas as pessoas com este rótulo reconhecem nela o seu próprio eu ou, pelo contrário, algumas pessoas sem este rótulo experimentam limiares semelhantes aos das pessoas com DID (por exemplo: não possuir um diploma do ensino secundário).

Qualquer pessoa com uma deficiência (intelectual) que tenha vontade de estudar pode vir até nós, independentemente da idade, raça, sexo...

Instituições flamengas de ensino superior

Uma vez que o Decreto sobre o Ensino Superior se aplica apenas a instituições flamengas de ensino superior, limitamo-nos deliberadamente a pessoas com deficiências (intelectuais) que desejam estudar numa (ou mais) instituições flamengas reconhecidas pelo decreto.

Desejo de estudo

Os desejos de estudo vêm em todas as formas e tamanhos. Quando uma pessoa com uma deficiência (intelectual) chega até nós, não esperamos que ela siga um caminho pré-determinado. A pessoa com uma deficiência (intelectual) pode optar por isso:

- seguir um ou mais cursos,
- fazer ou não um estágio,
- seguir uma parte de um ou mais cursos,
- ser sujeito a um exame ou não,
- ...

- ***Percurso de estudo***

HiLives na Flandres baseia-se na ideia de que cada caminho de estudo é caracterizado por uma variedade de características e particularidades. Consequentemente, cada percurso de estudo é moldado de forma diferente. No entanto, quatro fases comuns podem ser distinguidas nestas trajetórias. O quadro 1 explica-as. No que se segue, elaboramo-las em maior detalhe.

Percurso de estudo do estudante com deficiência (intelectual)	
Fase 1	Exploração de interesses de estudo
Fase 2	Corresponder o desejo de estudo com as opções de estudo
Fase 3	Início do programa de estudo: registo e determinação das modalidades
Fase 4	Oferta de apoio contínuo

Exploração de interesses de estudo

O ponto de partida de cada trajetória são os interesses de estudo da pessoa com uma deficiência (intelectual). Nesta fase, os interesses, talentos e ambições são explorados. Estes são por vezes fortemente expressos e noutros momentos bastante vagos. Dependendo da clareza da direção que a pessoa com uma deficiência (intelectual) deseja seguir, é necessário mais ou menos tempo para explorar estes elementos.

Além disso, as (pré)condições possíveis são também tidas em conta. Por exemplo: a distância do local de residência, o custo ligado a seguir um curso ou formação....

Corresponder o desejo de estudo com as opções de estudo

Na segunda fase, procuramos um campo de estudo, educação e/ou curso apropriado. Primeiro exploramos nós próprios as várias possibilidades e depois consultamos a pessoa com uma deficiência (intelectual).

As nossas propostas são oferecidas numa base não vinculativa: não se pode aceitar nenhuma, uma ou mais das opções fornecidas. A autodeterminação da pessoa com uma deficiência (intelectual) é aqui central.

Início do programa de estudo: registo e determinação das modalidades

Uma vez que a pessoa com uma deficiência (intelectual) tenha feito uma escolha, é feito o contacto com a universidade ou faculdade universitária em causa. Juntamente com eles, estudamos a possibilidade de inscrever a pessoa com uma deficiência (intelectual).

Apesar de um diploma do ensino secundário ser descrito no Decreto sobre o Ensino Superior (2013) como um pré-requisito para a admissão, a necessidade do mesmo parece ser limitada quando uma pessoa com uma deficiência (intelectual) está disposta a inscrever-se com a utilização de um contrato de crédito.

No entanto, algumas instituições de ensino superior formulam condições adicionais nos seus Regulamentos de Educação e Exames para se inscreverem com um contrato de

crédito, tais como: a exigência de ter o consentimento do docente, só podendo frequentar cursos teóricos.... Acontece que estes impedem a pessoa com uma deficiência (intelectual) de prosseguir o seu desejo de estudo. Neste caso, também entramos em diálogo com a instituição em questão para discutir outras possibilidades.

Para além das modalidades relativas à inscrição, é também necessário tempo para discutir as necessidades (de apoio) da pessoa com uma deficiência (intelectual) e a possibilidade de instalar ajustamentos razoáveis.

Oferta de apoio contínuo

Não apoiamos apenas pessoas com uma deficiência (intelectual) na realização do seu desejo de estudo: também nos mantemos ligados durante a sua trajetória de estudo.

Verificamos regularmente se o programa de estudo corresponde às expectativas da pessoa, o que está a correr bem e o que não está. Se desejável, é inserida uma consulta com o docente ou com o chefe de formação.

Fontes

Decreto do Ensino Superior (2013).

<https://codex.vlaanderen.be/PrintDocument.ashx?id=1023887&datum=&geannoteerd=true&print=false>

Hart, D., Grigal, M., Sax, C., Martinez, D., & Wil, M. (2006). Postsecondary Education Options for Students with Intellectual Disabilities (Opções de Educação Pós-secundária para Estudantes com DID). *Research to Practice*, 45. Obtido em <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED521362.pdf>

Schraepen, B. (2021). *Exclusivos. Wat uitsluiting doet met mensen*. Ghent, Bélgica: Borgerhoff & Lamberigts.

Nações Unidas (n.d.). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo*. Obtido a partir de <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>

Informação complementar sobre a experiência e os resultados dos programas da Universidade de Aveiro e da Universidade de Salamanca.

Esta informação complementar sobre a experiência e os resultados dos programas da Universidade de Aveiro e da Universidade de Salamanca foi obtida a partir das sessões de trabalho com estudantes de ambos os programas durante a visita a Aveiro de estudantes e professores da Universidade de Salamanca durante o mês de setembro de 2022.

Foi realizado um encontro entre estudantes e professores de ambas as universidades, com o objetivo de permitir que os estudantes se conhecessem mutuamente para que a presente investigação não só contribuísse para aumentar o conhecimento sobre boas práticas no ensino superior para pessoas com DID, mas também ser um ponto de encontro e troca de experiências pessoais satisfatórias entre estudantes.

As atividades estão enquadradas no objetivo de procurar propostas de melhoria para os programas de formação, de modo que, para obter opiniões verdadeiramente significativas, considerou-se que deveriam ser os estudantes a dar-lhes as suas opiniões. A partir de uma abordagem fenomenológica, procurámos dar prioridade às opiniões dos participantes relativamente aos diferentes aspetos dos programas.

As sessões de trabalho foram divididas em dois dias, para que em cada dia pudesse ser realizada uma atividade diferente e subsequentemente triangular a informação obtida de todas elas, bem como aproveitar o tempo livre para criar um ambiente de encontro e participação comunitária.

Autodeterminação e Vida Adulta

- ***Abordagem***

Primeiro, foi realizada uma dinâmica de grupo entre os estudantes do programa da Universidade de Aveiro e os estudantes do programa da Universidade de Salamanca chamado "Autodeterminação e vida adulta".

O objetivo era aprofundar as experiências dos estudantes em três áreas vitais: habitação, emprego e lazer/parceiro, e gerar um debate através do qual os estudantes pudessem expressar os seus desejos nestas três áreas. A dinâmica proporcionou uma visão de como os programas universitários e o contexto imediato podem facilitar a inclusão e empregabilidade de pessoas com DID, e ao mesmo tempo, foi utilizada para promover uma componente chave deste tipo de programa, a autodeterminação.

Para levar a cabo a dinâmica, os estudantes foram organizados em três grupos de trabalho mistos (em cada grupo, estudantes de ambas as universidades) trabalhando em diferentes áreas da universidade, de modo a que cada um deles pudesse trabalhar em cada um dos três eixos durante um período de aproximadamente trinta minutos.

Os alunos deram o seu contributo em quatro perguntas:

1. Como gostaria que fosse?
2. Como é que é agora?
3. Como é que a Universidade o pode ajudar a torná-lo da forma que deseja?
4. Como é que a sua família o pode ajudar a torná-lo da forma que deseja?

Todos eles estão relacionados com os três eixos acima mencionados: habitação, emprego e lazer/parceria.

- **Resultados obtidos**

No que respeita à **habitação**, quando se pergunta aos estudantes como gostariam que fosse a sua casa, a maioria concorda que gostaria de a partilhar com outras pessoas e não de viver sozinha.

Além disso, muitos dos estudantes que preferem partilhar o alojamento expressam o seu desejo de o fazer com outros colegas em vez de membros da família, embora alguns dos estudantes indiquem que gostariam de continuar a viver com os seus pais, irmãos, etc., principalmente devido à ajuda que lhes prestam. Todos eles concordam que manteriam a sua cidade, cidade e país como seu local de residência.

Uma das coisas que mais valorizam na habitação é que esta deve ser um lugar onde possam ter maior independência e autonomia. Alguns dos participantes concentraram-se muito no tipo de habitação que gostariam: uma casa grande, com espaços de lazer, etc.; embora a grande maioria não tenha manifestado este desejo.

Atualmente, a maioria dos estudantes vive na casa da família, o que eles dizem ser uma vantagem porque não têm de suportar todos os encargos das tarefas domésticas, manutenção e carga financeira da casa, etc. Mais uma vez, referem-se ao desejo de se tornarem independentes e de poderem partilhar a sua casa com outros colegas ou parceiros de turma. Alguns estudantes vivem com outros colegas de turma ou com o seu parceiro, mas são poucos.

Afirmam que os programas universitários podem ajudar a promover a independência em termos de habitação, desde a aprendizagem e gestão das competências básicas e instrumentais da vida diária, tarefas domésticas, aspetos básicos da economia quotidiana e, fundamentalmente, oferecer a formação necessária para conseguir um emprego e ser capaz de se sustentar economicamente de forma autónoma.

Relativamente ao apoio ambiental, valorizam muito o facto de o seu ambiente imediato (principalmente a sua família) os apoiar no início do processo de independência e os acompanhar nas fases iniciais das tarefas envolvidas na promoção de uma vida independente. Afirmam que, embora queiram mudar-se para uma casa independente da casa da família, querem continuar a contar com o apoio da sua família para determinadas atividades: ir ao médico, gerir o orçamento mensal, etc.

Relativamente ao **emprego**, a maioria dos estudantes são bastante claros sobre como gostariam que fosse o seu trabalho. A maioria deles ajustou-se a possibilidades muito realistas. Nomeiam vários empregos tais como porteiro, trabalho com crianças, assistente de clínica, mundo informático, etc.

Atualmente, a maioria dos estudantes não está a trabalhar porque estão imersos num processo de formação. Estão conscientes de que estão no caminho do emprego e atribuem grande importância à formação. Alguns dos estudantes estão a preparar-se para exames competitivos.

Os diplomas universitários fornecem uma ajuda muito importante para iniciar o processo de encontrar e obter um emprego, bem como para obter uma formação adequada. Além disso, os estudantes declaram que será muito importante para a Universidade fornecer o apoio necessário através do envolvimento de todos os profissionais envolvidos na formação e também para a formação profissional.

Quanto à ajuda que o seu ambiente pode proporcionar na procura de emprego, dizem que o apoio no processo de procura é muito importante, bem como o encorajamento para continuar a formação de modo a poder optar por empregos cada vez mais próximos dos seus gostos e interesses. Além disso, expressam o importante apoio económico que é frequentemente prestado pelo seu ambiente próximo, geralmente as suas famílias, durante o início do processo de procura e procura de emprego.

Com respeito ao **lazer/parceiro**, os estudantes são bastante claros sobre o tipo de lazer que gostariam de desfrutar. Baseia-se principalmente em atividades sociais partilhadas com amigos e pares e no aproveitamento dos recursos da comunidade. Além disso, salientam a importância de conhecer outros lugares novos e também de expandir os seus círculos de amizade. Alguns estudantes salientam a importância de aprender a desfrutar dos tempos livres sozinhos.

A maioria dos estudantes indica que as suas parcelas ideais de lazer e de casal são semelhantes às atuais. Partilhando momentos do dia-a-dia com amigos e familiares em reuniões sociais e através de jogos, comunicação em redes sociais, etc.

Os diplomas universitários podem ajudar os estudantes a melhorar os seus ambientes de lazer/parceiros, principalmente de um ponto de vista social. O simples facto de frequentar a universidade já gera muitas oportunidades sociais: conhecer novas pessoas, partilhar espaços comunitários, participar em novas atividades, etc. Além disso, salientam um aspeto interessante como a gestão e resolução de possíveis conflitos que possam surgir nas relações sociais.

Por tudo isto, o facto de o ambiente próximo (família e amigos) os apoiar e estar próximo para os ajudar se precisarem, é algo que gera confiança. Além disso, salientam em diferentes ocasiões que o papel das famílias é muito importante quando se trata de dar

liberdade e autonomia para escolher e desfrutar do lazer; bem como o apoio económico para poder desfrutar do lazer durante a educação universitária.

Entrevista de grupo. Propostas para a melhoria dos programas de formação

- ***Abordagem***

Em segundo lugar, foi realizada uma entrevista em grupo entre os estudantes do programa da Universidade de Aveiro e os estudantes do programa da Universidade de Salamanca, com o objetivo de conhecer a visão dos estudantes sobre o programa de formação oferecido, bem como as diferentes propostas de melhoria a serem implementadas nas próximas edições dos programas.

Os estudantes foram divididos em dois grupos, misturando estudantes da Universidade de Salamanca e estudantes da Universidade de Aveiro. Assim, foram realizadas duas entrevistas de grupo com o objetivo de descobrir os aspetos que os estudantes iriam melhorar em quatro áreas principais: (1) Conteúdos programáticos: programação, atividades, período de estágio e professores, (2) Apoio e facilitadores encontrados, (3) Barreiras na vida diária e (4) Impacto no trabalho.

- ***Resultados obtidos***

Relativamente ao **conteúdo do programa**, os estudantes comentaram que se trata de um programa de formação universitária que lhes permite aprender e consolidar a gestão de competências básicas e instrumentais para a vida quotidiana, por exemplo, gestão de dinheiro, utilização de transportes urbanos, e participar nas atividades e meios que a comunidade coloca à sua disposição.

Além disso, salientam que funciona a partir de um programa de conteúdos adaptados, que inclui aspetos que são frequentemente uma exigência particular dos participantes e das suas famílias, tais como a utilização das TIC, aspetos básicos da economia quotidiana, aspetos relacionados com a gestão do tempo, regulação emocional, capacidades de comunicação, etc.

Este grau gera mudanças significativas na vida quotidiana dos participantes, tanto a nível pessoal, familiar e social, bem como promove um aumento significativo da autonomia pessoal do participante.

No entanto, os estudantes também propõem algumas melhorias, tais como o calendário e a escolha do local do estágio.

A maioria dos estudantes concorda que o período de estágio é curto, uma vez que quando o estágio termina é o momento em que demonstram maior segurança e autonomia no desenvolvimento do seu trabalho. Além disso, salientam que poderia ser estudada a possibilidade de dividir os estágios em dois lugares diferentes, realizando tarefas diferentes a fim de ter mais experiência de trabalho.

Relativamente ao desenvolvimento dos conteúdos nas sessões presenciais, os alunos salientam que as aulas devem basear-se na prática, uma vez que desta forma é mais fácil consolidar os conhecimentos. Também, em relação ao seguimento dos mesmos, a utilização de um guia ou powerpoint que possa ser projetado e visto durante a explicação do professor ajuda o processo de compreensão.

As seguintes **propostas de melhoramento** são propostas:

- Considerar a possibilidade de prolongar a duração do curso, por exemplo, com outro ano académico para expandir os conteúdos de algumas partes do programa que são mais complexas, tais como a gestão de dinheiro.
- Aumentar a duração do período de estágio.
- Diversificar as tarefas desempenhadas no estágio. Poder aceder a duas entidades diferentes de estágio.
- Encorajar a parte prática em todas as sessões para ajudar a consolidar os conhecimentos.

Relativamente ao **apoio recebido**, os estudantes comentaram que ter um tutor que se torna a pessoa de referência durante a estadia na Universidade gera muita confiança.

Também importante é o papel dos diferentes professores que se adaptam às necessidades específicas e gerais dos alunos durante o curso. Relativamente aos materiais, têm as adaptações necessárias para favorecer o acompanhamento e a compreensão das aulas.

Além disso, tanto os mentores como a maioria da comunidade universitária com quem partilharam espaços têm sido um importante ponto de apoio no dia-a-dia no campus. No entanto, alguns participantes comentaram que, embora tenham tido o apoio do seu mentor de outras formas, dificilmente puderam encontrar-se com ele devido à incompatibilidade de horários entre os dois.

Quanto ao período de estágio, todo o pessoal dos locais onde os estágios foram realizados apoiou o processo de adaptação e acompanhamento dos estágios e prestou o apoio necessário em todos os momentos.

As seguintes propostas de melhoramento são propostas:

- Efetuar um melhor acompanhamento do processo de tutoria. Por exemplo, propondo a criação de um breve relatório de atividades partilhadas entre o mentor e o aluno.
- Ajudas visuais para melhorar o seguimento da aula, por exemplo, projetando sempre um pequeno guia ou powerpoint com os conteúdos mais importantes (não demasiada informação), para que os alunos possam tê-lo como referência enquanto seguem a explicação.
- Complementar sempre a aprendizagem teórica com questões que apoiam o início da vida independente: gestão do dinheiro, atividades básicas da vida diária relacionadas com tarefas de autonomia pessoal, tais como cozinhar ou organizar a casa, etc.

Em termos de **barreiras percebidas**, os estudantes dizem que por vezes é difícil deslocar-se pelo campus sem se perder, uma vez que as direções para as salas de aula nem sempre são claras. Além disso, em relação às viagens para o campus, alguns estudantes

comentam sobre o custo económico que devem assumir para beneficiarem destes programas, uma vez que vivem fora do campus.

Comentam também que deve ser dada mais ênfase a alguns assuntos se forem mais complicados, uma vez que os estudantes relatam dificuldades em alcançar alguns objetivos, tais como a gestão de dinheiro, em vários contextos. Talvez se pudesse dedicar mais tempo à parte prática destas matérias.

Além disso, salientam que o aparecimento do Covid19 levou a certas restrições quando se trata de realizar atividades no campus ou tarefas práticas dentro da sala de aula.

As seguintes propostas de melhoramento são propostas:

- Adaptar os espaços da Universidade em termos de sinalização, de modo a promover a acessibilidade cognitiva em todo o campus. Além disso, seria interessante poder fazer isto com os estudantes.
- Prolongamento de certas sessões, por exemplo, sessões em que são trabalhados aspetos monetários. Estes, por exemplo, são complexos e nem todos os objetivos são alcançados.
- Na medida do possível, formar o pessoal que trabalha nas Universidades, bem como os estudantes em questões de deficiência, para que possam responder a certas dificuldades que possam surgir no dia-a-dia dos estudantes.

Quanto ao **impacto laboral**, os estudantes afirmam que os estágios têm sido satisfatórios, embora o pessoal da empresa nem sempre esteja habituado a partilhar tarefas com pessoas com DID e, por vezes, não saiba como resolvê-las. Este tipo de formação promove que as empresas e a sociedade em geral conheçam o potencial das pessoas com deficiência.

Além disso, ter estudado na Universidade significa que, em muitas ocasiões, os participantes decidem continuar a estudar outros tipos de formação: exames competitivos, formação profissional, etc. Comentam também que o curso ajuda a trabalhar aspetos como o cumprimento dos horários de trabalho, o aumento das

responsabilidades confiadas às pessoas com deficiência, a gestão num contexto não habitual, etc.

Além disso, a maioria dos estudantes veem-se a trabalhar em posições semelhantes aos locais onde fizeram os seus estágios e, embora a maioria deles comunique que ainda não recebeu ofertas de emprego (muitos ainda não iniciaram o processo de procura ativa de emprego), sabem quais os procedimentos a seguir para iniciar uma procura ativa de emprego.

As seguintes propostas de melhoramento são propostas:

- Formar trabalhadores e gestores de empresas em questões de deficiência, com o objetivo de os tornar mais familiarizados com as pessoas que virão para o seu local de trabalho para estágios. Também com o objetivo de eliminar preconceitos e promover a posterior contratação de pessoas com deficiência mental.
- Acompanhamento imediato no final do curso, para os estudantes cujo objetivo prioritário é encontrar um emprego. Preparação do processo de entrevista e procura ativa, inscrição em intercâmbios de emprego, etc.

Quadro para o desenvolvimento de programas de ensino superior para pessoas com DID em Espanha.

Antecedentes

Em 19 de Dezembro de 2013, o Governo espanhol apresentou o Plano Nacional de Garantia da Juventude à Comissão Europeia. Este plano está alinhado com a Estratégia Espanhola de Empreendedorismo e Emprego para Jovens que contém um conjunto comum de ações que serão desenvolvidas no contexto do Programa Operacional Emprego dos Jovens, um dos principais recursos financeiros da UE para financiar a aplicação do Plano de Garantia aos Jovens.

O Programa Operacional Emprego dos Jovens (2014-2020) procura reduzir a taxa de desemprego juvenil em Espanha através da melhoria das qualificações e da promoção do emprego e do autoemprego. O público-alvo é a população jovem desempregada, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos. Eles não devem participar em quaisquer outras atividades de educação ou formação. A Fundação ONCE, cuja missão é promover a inclusão social de indivíduos com deficiência através de formação e emprego, foi designada como Organismo Intermédio do Programa Operacional Emprego de Jovens através de uma delegação de funções datada de 26 de Julho de 2016. Como organismo intermediário, a Fundação ONCE procura envolver as Universidades como agentes decisivos na inclusão social de indivíduos com deficiência inscritos no Sistema Nacional de Garantia da Juventude, desenvolvendo programas de ensino superior centrados na promoção de oportunidades de emprego e na promoção da inclusão social de jovens com DID, cujas oportunidades no acesso a ambientes de emprego são significativamente reduzidas quando comparadas com outras pessoas com deficiência. Para o efeito, é anunciada anualmente uma chamada pública pela Fundação ONCE. Os detalhes desta chamada são explicados na secção seguinte.

Neste contexto, mais de 30 universidades espanholas, desde 2017, desenvolveram programas de formação para pessoas com DID.

Finalidade do programa de financiamento

O objetivo e a finalidade do programa da Fundação ONCE é fornecer financiamento às universidades espanholas para desenvolver e implementar Programas de Ensino Superior que promovam o emprego e a inclusão no ambiente universitário de jovens com DID inscritos no Sistema Nacional de Garantia da Juventude.

Os programas devem ter os seguintes objetivos:

- Proporcionar formação universitária a jovens com DID centrada na melhoria da sua autonomia, formação académica e preparação para o trabalho.
- Proporcionar aos jovens com deficiência mental as aptidões e competências necessárias para aumentar a sua possibilidade de entrar no sistema de emprego e trabalho e aceder a empregos por meio de emprego apoiado ou de emprego ordinário.
- Proporcionar experiências inclusivas no seio da Comunidade Universitária.
- Facilitar uma formação abrangente e personalizada para que possam participar como membros de pleno direito na sua comunidade.
- Envolver as universidades espanholas na inclusão social das pessoas com DID através de formação e oportunidades de emprego.

Beneficiários

Universidades espanholas (ou centros relacionados com elas), que estejam em condições e desejem desenvolver um programa universitário para jovens com DID inscritos no Sistema Nacional de Garantia da Juventude.

Os indivíduos com DID inscritos nestes programas devem cumprir os seguintes requisitos:

- Ter uma DID, oficialmente reconhecida pelo organismo competente da sua Comunidade Autónoma após avaliação adequada. Esta avaliação tem em conta diferentes fatores que podem afetar a vida quotidiana, e termina com uma avaliação do grau em que as atividades diárias da pessoa são afetadas. Este grau é expresso como uma percentagem, sendo necessário 33% para que a deficiência seja oficialmente reconhecida.

- Ter feito 18 anos no ano em que o programa terá início ou ter menos de 30 anos de idade.
- Ser um beneficiário do Sistema Nacional de Garantia Juvenil antes do início do curso. A documentação comprovativa da participação no Sistema Nacional de Garantia Juvenil deve ser emitida o mais tardar 15 dias antes do início do programa.

Requisitos: Definição e características dos Programas

As Universidades participantes devem cumprir os seguintes requisitos e conceber os programas de acordo com os seguintes critérios:

1. Os programas devem ser ensinados como diplomas universitários. Os programas devem ter como objetivo proporcionar cursos de formação académica para reforçar a empregabilidade, melhorar as competências sociais e de empregabilidade e promover a inclusão laboral.
2. Cada Universidade deve apresentar apenas uma proposta (um programa) para a chamada. Se uma Universidade apresentar mais do que uma proposta, nenhuma delas será revista, devido ao não cumprimento das bases da chamada.
3. A candidatura deve ser assinada pelo Reitor da Universidade.
4. O programa deve ter pelo menos quatro dias letivos por semana e deve ser ensinado dentro do Campus Universitário, para que os estudantes possam participar na vida universitária. Recomenda-se, devido às sinergias de colaboração que poderiam ser geradas, que as aulas decorram nas Faculdades de Educação, Psicologia, ou Trabalho Social.
5. O programa deve ter início no primeiro trimestre do ano académico, e o mais tardar até 15 de novembro .
6. Os docentes que ministrarão os cursos podem ter o reconhecimento correspondente na sua carga pedagógica, de acordo com os critérios acordados internamente por cada universidade. Os docentes devem, de preferência, pertencer às seguintes áreas de conhecimento: Psicologia, Educação, Educação Social, Trabalho Social e/ou Relações Laborais, embora a participação de

- docentes de outras faculdades seja valorizada, dada a natureza interdisciplinar dos cursos.
7. Tendo em conta as características dos alunos, o curso deve também ter o pessoal de apoio necessário. Entre as funções do pessoal de apoio estarão a ação tutorial, gestão de documentos, adaptações, planos individualizados de apoio comportamental, entrevistas com famílias, apoio durante os estágios e assistência na recolha de dados relativos a cada participante e o seu relatório à Fundação ONCE. Os programas apresentados devem especificar o pessoal de apoio que terão.
 8. O financiamento será utilizado para o programa a ser realizado durante o ano académico e cobrirá os custos de desenvolvimento do curso. Os estudantes devem estar isentos do pagamento de quaisquer taxas.
 9. As bolsas da Fundação ONCE cobrirão os custos dos programas que, no início do curso, tenham um mínimo de 12 alunos e um máximo de 15. Excepcionalmente, a Universidade pode admitir até um máximo de 3 estudantes a mais, desde que assuma o seu custo.
 10. As universidades, referindo-se a este convite, realizarão as ações publicitárias adequadas para dar a conhecer este programa aos potenciais beneficiários, indicando os requisitos para participar no mesmo, bem como os meios para conduzir o registo. Não será um requisito essencial que os estudantes possuam uma certa qualificação académica prévia.
 11. A Seleção dos estudantes corresponderá a cada universidade. Para o efeito, as Universidades podem abordar organizações de deficientes intelectuais na sua área, as quais devem concordar expressamente em colaborar no programa. As universidades avaliarão a idoneidade dos candidatos e tomarão decisões relativamente à sua Seleção. No entanto, os participantes deverão ser capazes de se deslocar autonomamente para a universidade, possuir competências académicas básicas com um mínimo de literacia e numeracia, expressar o desejo de serem ensinados e comportamentos sociais adequados para assegurar a inclusão num ambiente como a universidade. Do mesmo modo, deve ser tido em conta um equilíbrio entre homens e mulheres na Seleção.

12. O programa deve consistir numa primeira parte centrada na formação geral e numa segunda parte de formação especializada orientada para o emprego. Globalmente, o programa deve ter como objetivo melhorar a empregabilidade das pessoas com deficiência mental, adquirindo as aptidões e competências necessárias para que a sua incorporação no sistema de emprego e trabalho seja possível. Por conseguinte, o programa deve concentrar-se na preparação do emprego e organizar-se em disciplinas ou cursos funcionais e profissionais, bem como na formação emocional e competências sociais. O programa deve promover uma formação abrangente, para que os estudantes possam alcançar o desenvolvimento pessoal e aumentar a sua autonomia.
13. As universidades devem participar na investigação periódica, a ser coordenada pela Fundação ONCE, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento e impacto dos programas e avançar para uma estratégia global de inclusão social das pessoas com DID. As Universidades assumirão a responsabilidade e comunicarão dados sobre a situação profissional e pessoal de cada participante à Fundação ONCE. As informações devem ser fornecidas no início do programa, no seu fim, e 6 meses após o seu fim. A Fundação ONCE colocará à disposição das Universidades uma ferramenta informatizada para a recolha de dados e relatórios. O fornecimento desta informação constitui um requisito obrigatório estabelecido pelo Fundo Social Europeu, pelo que qualquer incumprimento por parte das Universidades resultará numa grave violação dos termos do presente convite.

Duração e metodologia dos Programas

1. Os programas devem conter pelo menos 30 créditos ECTS por curso.

O plano de estudo e os temas devem promover os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Adquirir e aplicar os conceitos, teorias e princípios da resolução de problemas e da tomada de decisões.
- Adquirir compromissos sócio laborais que contribuam para o seu crescimento como cidadãos de pleno direito.

- Adquirir e demonstrar as competências sociais e emocionais necessárias para participar com sucesso em diferentes ambientes e trabalhar em equipa
- Adquirir competências de gestão de tecnologias de informação e comunicação que lhes permitam resolver eficazmente tarefas relacionadas com o seu trabalho
- Desenvolver atitudes flexíveis e a capacidade de adaptação à mudança
- Participar com sucesso em estágios em ambientes normais de emprego.

Estes objetivos de aprendizagem podem ser perseguidos nos seguintes temas:

- Formação específica / profissional
- Formação em competências profissionais
- Formação em comunicação, competências sociais e emocionais, formação cognitiva.
- Estágio com técnicos de emprego que os introduzirão no emprego apoiado para alcançar o emprego normal. Os estágios podem ser oferecidos dentro do contexto da Universidade.

2. O financiamento fornecido pela Fundação ONCE é limitado às chamadas anuais. Os programas, no entanto, podem compreender dois anos académicos se forem concebidos para avançar na formação mais especializada dos estudantes. Nestes casos, os estudantes devem ser os mesmos em ambos os cursos. As universidades devem justificar cada ano académico e candidatar-se a financiamento para o segundo ano académico no próximo convite à apresentação de propostas.

3. Metodologia:

Sem prejuízo das metodologias que possam ser desenvolvidas pela equipa docente de cada universidade, devem ser tidas em conta pelo menos as seguintes questões metodológicas:

- *Desenho Universal para a Aprendizagem:* O ensino deve ser inclusivo, o que implica uma abordagem didática que responda às necessidades de formação de todos os estudantes. Os materiais e atividades concebidos devem ser acessíveis a todos os estudantes.

- *Ações tutoriais:* Todos os alunos devem ter um tutor de referência. A função dos tutores será acompanhar e orientar os estudantes e as suas famílias durante a sua fase formativa para um óptimo desempenho no programa.
- *Serviço de aprendizagem:* Recomenda-se promover a utilização de metodologias que incentivem a aprendizagem a partir de experiências de voluntariado, alcançando assim a participação social e a aprendizagem curricular.
- *Aprendizagem cooperativa:* As técnicas de ensino baseadas na cooperação são recomendadas para mostrar aos estudantes como se apoiarem mutuamente e estabelecer objetivos de aprendizagem comuns que lhes permitam viver com pessoas diversas.
- *Aprendizagem baseada em problemas:* O Espaço Europeu do Ensino Superior promove um modelo de aprendizagem baseado na competência. A aprendizagem de competências transversais é recomendada para ajudar os estudantes a tomar decisões sobre problemas específicos que possam ser encontrados no futuro.
- *Seminários de formação:* Os peritos convidados podem participar no programa e desenvolver seminários de formação específicos sobre um tema de interesse para os estudantes. Estes seminários podem ser orientados para reforçar alguns conteúdos importantes para a empregabilidade futura dos estudantes.
- *Agrupamentos flexíveis:* A diversidade de competências dos estudantes pode exigir que alguns cursos sejam desenvolvidos em grupos flexíveis.

Montantes de financiamento

O programa é cofinanciado tanto pela Iniciativa de Emprego dos Jovens como pelo Fundo Social Europeu através do Programa Operacional Emprego dos Jovens, sendo a Fundação ONCE o Organismo Intermédio do referido Programa Operacional. As Universidades beneficiárias deste concurso receberão um montante máximo de 4.000 euros por cada estudante que completar o programa (deve frequentar pelo menos 80% do total de horas do programa). Cada universidade poderá receber um montante máximo de 60.000 euros para o desenvolvimento de um programa anual de formação.

Empregar resultados

As universidades participantes nas convocatórias da Fundação ONCE incluíram nos seus programas de formação um estágio nas próprias universidades e/ou em empresas externas comuns. As universidades desenvolveram até agora estes estágios seguindo a metodologia do emprego apoiado, contratando técnicos de emprego para apoiar os estudantes.

Algumas das empresas externas em que os estudantes realizaram os seus estágios contrataram-nos no final da formação. Os contratos feitos imediatamente após a conclusão do processo de formação demonstram a utilidade destes cursos para alcançar o objetivo final de autonomia e inclusão laboral dos jovens com DID.

Conclusão

A avaliação e impacto dos programas realizados até agora tem sido altamente positiva para todos os participantes envolvidos: jovens com DID, suas famílias, toda a comunidade universitária (professores, estudantes, pessoal de serviço, etc.), organizações e empresas com deficiência. Neste sentido, é de notar que o item mais valorizado (nota de 4,76 em 5) pelos estudantes no questionário final desenvolvido pela Fundação ONCE, corresponde à pergunta 9, que lhes pergunta sobre a opinião geral do curso. A grande maioria dos estudantes, 9 em 10, achou o curso interessante e recomendá-lo-ia a um membro da família, amigo ou conhecido.

Os jovens com DID estão a adquirir as competências e conhecimentos necessários para poderem ter acesso ao emprego normal. Sentem-se como qualquer outro estudante num ambiente socializador privilegiado, como a universidade, e estão também a formar-se como outros estudantes universitários, o que contribui para a sua autoestima, expectativas profissionais e oportunidades de emprego.

Outras melhores práticas e recursos identificados

InclusiveU - Universidade de Syracuse - Escola Superior de Educação

A Universidade de Syracuse é conhecida em todo o mundo como um líder em deficiência e ensino superior. Na SU, celebramos a deficiência porque torna o nosso campus mais forte, mais diversificado e muito mais interessante; até que todos sejam incluídos, não haverá uma verdadeira inclusão para ninguém. A InclusiveU é uma iniciativa do Centro Taishoff para o Ensino Superior Inclusivo, empenhada em oportunidades de ensino superior individualizado e inclusivo para estudantes com DID.

<https://taishoffcenter.syr.edu/inclusiveu>

Universidade Aberta do Reino Unido

A Open University (OU) é uma universidade de investigação pública britânica e a maior do Reino Unido em número de estudantes. A maioria dos estudantes universitários da OU estão sediados no Reino Unido e estudam principalmente fora do campus; muitos dos seus cursos (tanto de graduação como de pós-graduação) podem também ser estudados em qualquer parte do mundo. Há também uma série de estudantes de investigação a tempo inteiro de pós-graduação baseados no campus universitário de 48 acres de Milton Keynes.

O Grupo de Estudantes Deficientes é dirigido por um grupo de estudantes de todas as faculdades: alguns licenciados e outros licenciados. Somos todos estudantes com deficiências ou outros problemas de saúde física ou mental a longo prazo que podem e causam problemas no que respeita à nossa capacidade de estudar ao máximo.

Tal como outras unidades da Associação de Estudantes da OU, o Grupo recebe um orçamento e outros apoios que lhe permitem articular as necessidades dos estudantes com questões de saúde e deficiência.

<https://www.open.ac.uk/courses/do-it/disability>

<https://www.open.ac.uk/about/main/strategy-and-policies/policies-and-statements/website-accessibility-open-university>

<https://www.oustudents.com/disabled-students-group>

Trinity College Dublin - Centro Trinity para Pessoas com DID - Escola Superior de Educação

O Centro Trinity para Pessoas com DID (TCPID), localizado na Escola de Educação do Trinity College Dublin, tem como objetivo promover a inclusão de pessoas com DID na educação e na sociedade. A nossa missão é permitir às pessoas com DID desenvolverem o seu potencial através de uma combinação de investigação de alta qualidade, disseminação de novos conhecimentos, aprendizagem ao longo da vida e formação profissional. O Centro oferece às pessoas com DID a oportunidade de participar num programa de ensino superior concebido para aumentar a sua capacidade de participar plenamente na sociedade como adultos independentes.

<https://www.tcd.ie/tcpid/>

Inclusive Campus Life (abreviado: IC Life)

O objetivo geral do projeto IC Life é tornar a vida num campus de ensino superior mais inclusivo.

Mais especificamente, a IC Life promove e apoia a inclusão de pessoas com DID na vida universitária. Para tal, quatro universidades europeias irão desenvolver e implementar um conceito para a inclusão de jovens adultos com DID nos *campus* do ensino superior, juntamente com parceiros experientes no trabalho com pessoas com DID.

Os estudantes regulares do ensino superior e os estudantes com DID poderão seguir o seu percurso pessoal de estudo enquanto desfrutam da vida no campus. As pessoas com DID seguirão cursos de acordo com as suas aspirações e participarão em atividades de ensino como especialistas em vida. Como tal, ensinarão os estudantes do ensino superior.

"Como tornar o seu campus mais inclusivo?": materiais, formação e atividades de disseminação documentarão e transferirão estas práticas inovadoras para outras universidades europeias e partes interessadas de uma forma sustentável.

<https://www.iclife.eu/>

CVO Incluído

Este projeto examinou o que é necessário para alcançar uma educação de adultos inclusiva para pessoas com DID. Para este fim, foram implementados projetos-piloto em diferentes graus de dois Centros de Educação de Adultos (CVO). Estes projetos-piloto constituíram a base para o desenvolvimento de um guião.

Este guião destina-se a Centros de Educação de Adultos na Flandres que, como parte da sua política de diversidade, procuram inspiração para tornar os seus cursos acessíveis a pessoas com DID. Por analogia com a "socialização dos cuidados" (Decruynaere (ed.), 2013), a "socialização da educação inclusiva de adultos" será também uma forma de envolver outros intervenientes para tornar um processo inclusivo escalável e viável. Estamos a pensar em incorporar colegas estudantes, pessoal de apoio externo, voluntários, prestadores de cuidados informais, serviços de aconselhamento domiciliário, serviços de trabalho apoiados, etc.

<https://www.thomasmore.be/praktijkgericht-onderzoek/mobilab-care/cvo-inclusief>

Programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)

MAVI é um projeto-piloto na República Portuguesa cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, que se materializa com a prestação de assistência pessoal a pessoas com deficiência, através dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI). Isto é destacado na Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência 2021 - 2025, no seu eixo estratégico 5 - Promoção da Autonomia e da Vida Independente. Entende-se que o MAVI é um mecanismo de reconhecimento e mobilização das capacidades individuais das pessoas com deficiência para um papel decisivo e determinante nas suas vidas e nos

diferentes contextos que dele fazem parte, com o qual se pretende consolidar uma política que contrarie a institucionalização das pessoas com deficiência e a dependência familiar. Este programa é consignado no Decreto-lei 129/2017, de 9 de Outubro.

A assistência pessoal, acima mencionada, é assim um serviço personalizado e especializado prestado por um assistente pessoal, que pode ser indicado em diferentes contextos, dependendo da compreensão da pessoa com deficiência a quem este apoio é dirigido. Estes diferentes contextos incluem apoio em atividades de vida diária, participação social, mediação comunicativa ou mesmo mediação sócio-laboral e sócio-cultural.

A pessoa deficiente que solicita este programa recebe apoio da equipa técnica da CAVI, que selecciona um assistente pessoal qualificado para satisfazer as necessidades individuais identificadas. Este serviço de assistência não excede as 40 horas por semana. Dentro do grupo de pessoas com deficiência, aqueles que têm um grau de deficiência certificado igual ou superior a 60%, têm mais de 16 anos de idade ou têm uma DID, doença mental ou Perturbação do Espectro do Autismo a partir dos 16 anos de idade, independentemente do grau de deficiência, podem aceder a este programa.

<https://www.admestrela.pt/mavi-modelo-de-apoio-a-vida-independente/>

Como contratar pessoas com deficiência - Caixa de ferramentas para empresas, por Grace - Empresas Responsáveis

Por muito que as empresas queiram contribuir, nem sempre têm os conhecimentos necessários para uma integração real das pessoas com deficiência. Proporcionar aos gestores e empregados das empresas ferramentas úteis e práticas é, portanto, um passo importante para a resolução de um problema que todas as empresas responsáveis devem abordar. Na última década, registaram-se mudanças positivas a nível mundial, em áreas estruturais como a educação, o emprego, a proteção social e a discriminação. Contudo, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar inúmeras barreiras ao longo das suas vidas, dificultando seriamente a sua plena inclusão e participação ativa na sociedade. Muitas destas barreiras são físicas, mas as principais e mais difíceis de

resolver são as baseadas na ignorância e preconceitos sociais relacionados com a deficiência, especialmente no que diz respeito a capacidades e aptidões. Muitos argumentam que a integração laboral das pessoas com deficiência é um fator determinante no combate aos estereótipos devido aos laços afetivos que surgem, bem como na obtenção do estatuto social exigido, abrindo as portas para a reivindicação de muitos outros direitos.

Assim, a empregabilidade das pessoas com deficiência vai muito além do cumprimento obrigatório do quadro legal ou da responsabilidade social das empresas.

Este conjunto de ferramentas foi concebido para melhorar a qualidade do emprego e aumentar a cooperação entre organizações e instituições, promovendo

O desenvolvimento de práticas inovadoras preenche uma lacuna que se faz sentir há muito tempo. Baseia-se em cinco passos-chave:

1. Compromisso estratégico
2. Preparar para a acção
3. Recrutamento e seleção
4. Acolhimento e integração
5. Desenvolver relações duradouras

Este kit de ferramentas oferece conselhos práticos sobre como cumprir a legislação aplicável, desenvolver estratégias para promover a inclusão, conceber processos de recrutamento inclusivos, identificar e ultrapassar barreiras à integração de pessoas com deficiência, sejam físicas, comunicativas ou comportamentais, colaborar com organizações sociais que promovam a integração, empregabilidade e emprego de pessoas com deficiência, e mergulhar em boas práticas utilizando exemplos de inclusão bem sucedida.

<https://grace.pt/>

Guia de Recrutamento Inclusivo, pela APPDI - Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão

Um guia online que fornece a todas as organizações ferramentas para melhorar a contratação inclusiva num local de trabalho diversificado (centrando-se nas competências e não nas características pessoais, tais como deficiência, sexo ou idade).

Para o pôr em prática, sugere-se um procedimento de 5 fases (com informação específica sobre as etapas, casos reais e dicas úteis para cada fase): 0 - Preparação do processo de contratação; 1- Contratação; 2- A bordo; 3- Acompanhamento; 4- Saída.

<https://www.appdi.pt/>

Selo do empregador inclusivo

O Selo do Empregador Inclusivo é uma distinção pública atribuída de dois em dois anos aos empregadores que têm práticas abertas e inclusivas em relação às pessoas com deficiência.

As práticas inclusivas dos empregadores são validadas através da análise de quatro áreas principais: (1) Recrutamento, progressão na carreira e desenvolvimento; (2) Retenção e reemprego; (3) Acessibilidade; (4) Serviço prestado e relação com a comunidade.

<https://www.iefp.pt/reabilitacao-profissional>

A Rede de Pesquisa Inclusiva CDS

O Centre for Disability Studies (CDS), uma organização sem fins lucrativos afiliada à Faculdade de Medicina da Universidade de Sydney, é a organização anfitriã da CDS Inclusive Research Network (CDS IRN), um grupo de pessoas com diferentes pontos fortes: investigadores universitários, trabalhadores de apoio e pessoas com deficiências diversas, desenvolvendo em conjunto uma investigação inclusiva.

A investigação inclusiva é sobre pessoas com deficiências - especialmente DID (ID) - fazendo investigação [não havendo investigação sobre elas], em colaboração com pessoas sem deficiências. O lema da Rede de Investigação Inclusiva CDS é: "Nada sobre nós sem nós".

O CDS IRN é um grupo de pessoas interessadas na investigação para aprender mais sobre as experiências das pessoas com deficiência. Algumas delas têm DID. Todos trabalham em conjunto como "co-pesquisadores", o que significa que se apoiam uns aos outros. A co-pesquisa valoriza as experiências e perspectivas das pessoas com deficiência como peritos sobre as suas próprias vidas.

Já em 2010, realizaram uma série de workshops sobre competências de investigação, após os quais decidiram formar um grupo conjunto de investigação.

A CDS Inclusive Research Network concluiu projetos de investigação sobre o National Disability Insurance Scheme (Austrália) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Apresentaram os resultados da sua investigação em conferências na Austrália e no estrangeiro. Em 2018, trabalharam em dois novos projetos de investigação, nomeadamente:

- O projeto de publicação: revisão das formas como o grupo de investigação inclusiva pode fazer ouvir a sua voz na literatura revista por pares.
- "A Minha História, A Minha Voz": A vida desde o projeto NDIS* e o projeto Autodefensores e Direitos Humanos.

* O Projeto de Desenvolvimento do Sector NDIS (SDP), financiado pelo Governo Vitoriano, trabalha para reforçar a capacidade dos prestadores de serviços de deficiência de Victoria para operar no ambiente NDIS.

<https://cds.org.au/promoting-inclusion/inclusive-research/>

Programa PROMENTOR da Fundación PRODIS e da Universidad Autónoma de Madrid

O programa Promentor foi criado em 2005 por iniciativa de profissionais da Fundação Prodis e professores da Universidad Autónoma de Madrid com os seguintes objetivos:

- Colaborar com pessoas com DID na concepção dos seus Projetos de Vida através de planos individualizados baseados na metodologia do Planeamento Centrado na Pessoa (PCP).
- Proporcionar formação profissional, ajustada às diferenças individuais, para permitir a sua inclusão no sistema de emprego e trabalho de uma empresa comum.
- Prestar um serviço de Emprego Apoiado contínuo, que promove a igualdade de oportunidades na incorporação, manutenção e promoção do emprego.
- Proporcionar formação contínua ao longo da vida aos trabalhadores que exercem o seu direito ao trabalho na empresa comum.
- Fornecer os apoios necessários para que os trabalhadores com DID possam desfrutar do seu tempo livre participando como membros de pleno direito da sua comunidade.

A sua primeira ação foi a implementação do "Curso de Formação para a inclusão laboral de jovens com DID" na UAM. Nos quatro anos seguintes, o programa foi submetido a vários projetos de investigação competitivos, financiados pela Comunidade de Madrid, que avaliaram a sua eficácia e forneceram indicadores para a sua melhoria.

Em 2009 o "Curso de Formação para a Inclusão Laboral" é reconhecido pela Universidad Autónoma de Madrid como o seu próprio diploma, tornando-se o único diploma do género no nosso país. Em fevereiro de 2010 a UAM atribuiu uma Cátedra de Patrocínio à Fundação Prodis, patrocinadora do programa Promentor, pelo seu trabalho em prol da investigação sobre a inclusão social e laboral das pessoas com DID. Em Junho de 2013, a sétima turma graduou-se e, até à data, entre as sete turmas graduadas, há uma taxa de empregabilidade de 92%.

Todos os estudantes que se formaram neste curso seguem para o programa "Emprego Apoiado" da Fundação Prodis, que lhes fornece o apoio necessário para entrarem no contexto de emprego. Da mesma forma, os trabalhadores continuam a sua formação na UAM através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida: "Atualização e melhoria das competências sociais e laborais".

<https://fundacionprodis.org/programas-servicios/promentor/>

Projeto DEMOS da Universidad Pontificia de Comillas e Fundación Repsol Down Madrid

Este é um programa que a Universidade Pontificia de Comillas dirige a adultos com DID cujo objetivo é a formação geral e específica, de uma perspectiva humanista, em vários perfis profissionais a fim de promover a futura inclusão no ambiente normal de trabalho.

Os programas de formação são:

- Programa de Formação para Técnicos Auxiliares em Ambientes Educativos
- Assistente Técnico em Ambientes Tecnológicos do Programa de Formação

Os perfis profissionais selecionados respondem a uma longa experiência no campo da formação e integração laboral desenvolvida pela Fundação da Síndrome de Down de Madrid durante quase duas décadas. Estes perfis, por um lado, compreendem uma tipologia de tarefas e funções suficientemente variadas em complexidade e exigências cognitivas, sociais e manipulativas que podem ser graduadas para se adaptarem às características dos destinatários. Por outro lado, estes perfis são procurados no nosso ambiente laboral, dadas as características da área onde os participantes serão integrados no sistema de emprego e trabalho (Comunidade de Madrid).

Estes são perfis inovadores que vão para além dos trabalhos mais manipuladores que têm sido tradicionalmente desenvolvidos por pessoas com deficiência mental no nosso país, contribuindo para promover uma imagem social mais positiva do grupo de pessoas com deficiência mental.

A possibilidade de formação durante dois anos num ambiente universitário de prestígio proporciona a estes estudantes com DID espaços de inclusão nos quais podem desenvolver o seu potencial, otimizar o seu perfil de empregabilidade e interagir diariamente com outros estudantes universitários de idades semelhantes.

Esta coexistência diária no campus universitário de estudantes com diferentes capacidades é sem dúvida uma oportunidade enriquecedora para toda a comunidade docente; também para os estudantes universitários, futuros profissionais, que terão a oportunidade de partilhar em primeira mão as experiências, esperanças e aspirações

dos jovens com DID, aprendendo assim a coexistir, a gerir e a enriquecer-se na diversidade.

<https://www.comillas.edu/catedra-de-familia-y-discapacidad/demos#educademos>